

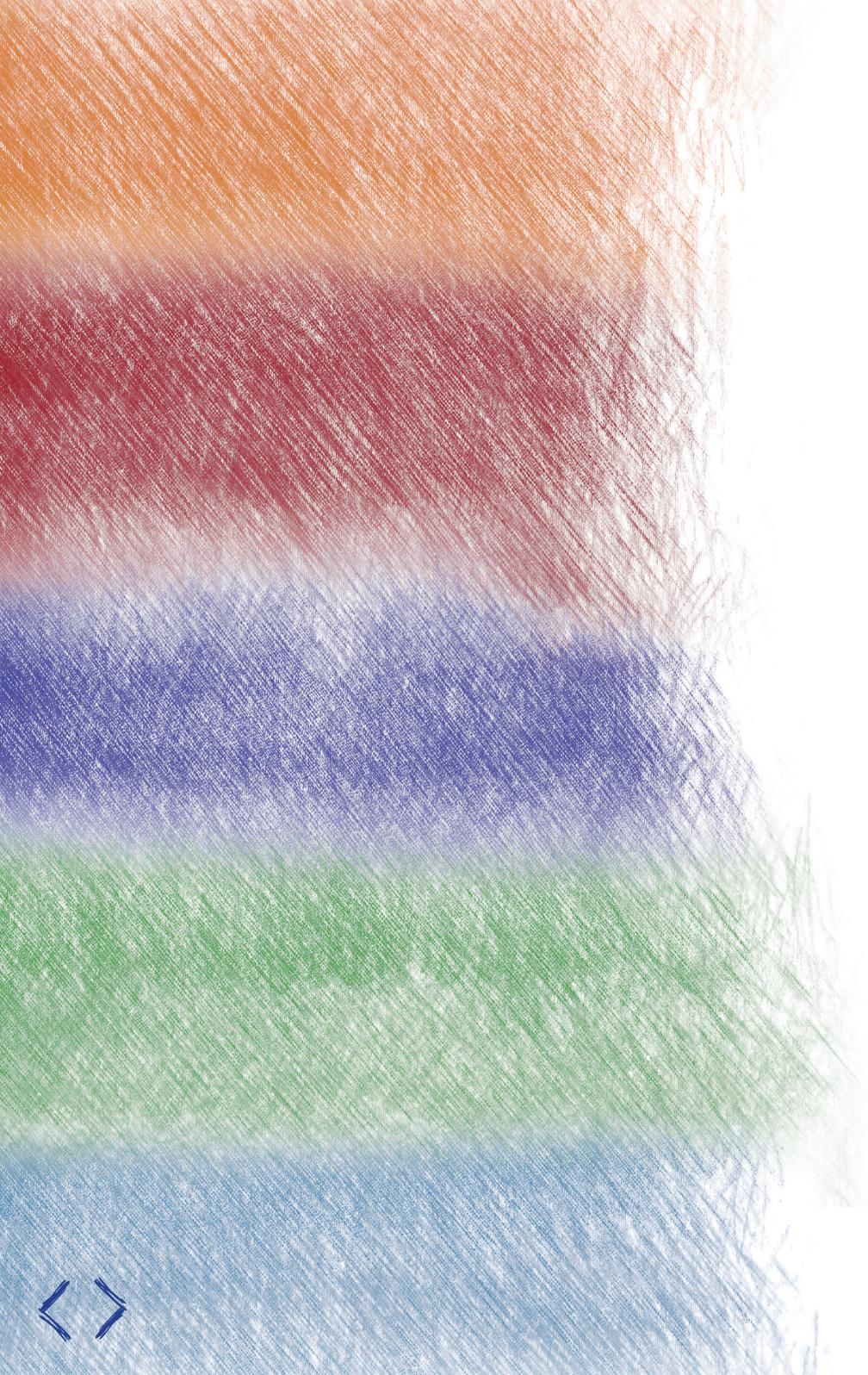


Creche e Pré-escola

Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE)



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA



Creche e Pré-escola

Monitoramento da Meta 1 do
Plano Nacional de Educação (PNE)

Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (Gtafe)

Dejair Cesar Tavares

Gissele Souza de Franceschi Nunes

Letícia de Campos Velho Martel

Renato Costa (Coordenador)

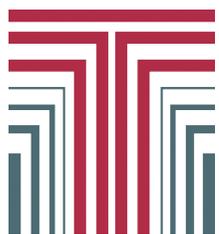
Ricardo Cardoso da Silva



**Tribunal de Contas de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social
Coordenação de Publicações**

Expediente

SUPERVISÃO	Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
COORDENAÇÃO EDITORIAL	Assessoria de Comunicação Social – Coordenação de Publicações
TEXTOS	Auditor Substituto de Conselheiro Gerson dos Santos Sicca e Auditor Fiscal de Controle Externo Renato Costa
PROJETO GRÁFICO DIAGRAMAÇÃO	André Gonçalves Martins (DRT/SC 03057 DG)



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

CONSELHEIROS

Luiz Eduardo Cherem — Presidente
Adircélio de Moraes Ferreira Júnior — Vice-Presidente
Wilson Rogério Wan-Dall — Corregedor-Geral
Luiz Roberto Herbst
César Filomeno Fontes
Herneus De Nadal
Julio Garcia

AUDITORES

Gerson dos Santos Sicca
Cleber Muniz Gavi
Sabrina Nunes locken





Sumário

5

Apresentação

A Criança e a Educação Infantil

8

Taxa de atendimento em Creches
nos Municípios Catarinenses/2016

12

Taxa de atendimento na Pré-escola
nos Municípios Catarinenses/2016

32





Apresentação

Acompanhar e cobrar as medidas para a execução do Plano Nacional de Educação, assim como dos Planos Estaduais e Municipais de Educação é uma missão dos Tribunais de Contas brasileiros. Para tanto, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) aprovou a [Resolução nº 03/2015](#), estabelecendo as diretrizes do controle externo nas despesas com educação. De acordo com os seus termos, os Tribunais de Contas devem definir a fiscalização da educação como prioritária. A Resolução ainda prevê uma série de diretrizes voltadas para um controle eficiente da política pública na área da educação, com uso da tecnologia da informação e acompanhamento das metas dos planos de educação.

Agregue-se ao conjunto de ações para a fiscalização dos planos de educação a assinatura de acordo de cooperação técnica pela Atricon, MEC, FNDE e Instituto Ruy Barbosa (IRB) em março de 2016, para a padronização de metodologias de fiscalização e estímulo à transparência, entre outros aspectos.

No TCE/SC, a Presidência designou grupo de trabalho para a implementação do Acordo de Cooperação Técnica e da [Resolução Atricon nº 03/2015](#). Desde então, diversas medidas foram tomadas, cabendo destacar, 1) a fiscalização da educação dentre um dos objetivos do planejamento estratégico do TCE/SC; 2) a aplicação de [questionário](#) para conhecer os planos municipais de educação, cujos [resultados](#) já foram divulgados à sociedade catarinense; 3) o incremento da fiscalização em áreas importantes da educação, como a verificação do cumprimento da estratégia 18.1 do PNE (número mínimo de professores efetivos) e a fiscalização em obras de creches e escolas; 4) orientações aos Municípios e Estado quanto à correta alimentação do SIOPE e adequação da legislação orçamentária de acordo com os planos de educação; 5) elaboração de plano de atuação para a área de educação.

Outra ação importante envolve o uso crescente de ferramentas de tecnologia da

informação para a verificação de vários aspectos relacionados à educação, e que estão servindo de subsídio para a atuação do Tribunal.

Uma das tarefas mais instigantes no acompanhamento dos planos é a medição das taxas de atendimento das metas. O questionário aplicado junto aos municípios em novembro de 2016 demonstrou inconformidades nos dados, possivelmente decorrentes da ausência de uma uniformidade metodológica e até mesmo da falta desses dados nas administrações municipais. Por isso, o TCE/SC principiou um trabalho de análise dos bancos de dados oficiais existentes, com o objetivo de definir uma metodologia adequada para o monitoramento das metas dos planos de educação.

O resultado desse trabalho está na publicação que ora se apresenta à sociedade catarinense. Ela é fruto de discussões realizadas com gestores e profissionais da educação, e tem por base o censo escolar para a identificação do número de matrículas. Considerou-se a taxa líquida de matrículas, ou seja, apenas os alunos das faixas de idade pertinentes (0 a 3 e 4 e 5 anos) matriculados em creche e pré-escola.

Quanto à população estimada, inicialmente surgiu dificuldade sobre a atualização dos dados existentes. Os dados sobre os estratos populacionais necessários para a verificação das metas do PNE encontram-se no censo populacional realizado pelo IBGE em 2010, sendo que a atualização anual da população dos municípios não vem acompanhada da projeção atual dos estratos por idade.

Em razão disso, o corpo técnico do TCE/SC utilizou fórmulas estatísticas para projetar a população de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade dos Municípios, aplicando a proporção etária dos dados populacionais de 2010, à população estimada pelo IBGE em 2016.

Pretende-se, com essa primeira ação de monitoramento, adstrita à Meta 1, traçar um panorama atual das taxas de atendimento da creche e da pré-escola, bem como verificar a necessidade de aprimoramentos, a fim de que, em um futuro breve, o TCE/SC possa expedir alertas aos gestores pelo descumprimento das metas, bem como apurar as situações em processos de contas e de fiscalização de atos.

Espera-se, com o início do monitoramento da Meta 1 do PNE, contribuir para a conjugação de esforços em torno da implementação dos planos de educação em Santa Catarina, além de incentivar o controle social e a atuação dos diversos atores ligados à educação. A fiscalização dos planos de educação pressupõe uma gama de ações articuladas, as quais estão sendo gradativamente implantadas pelo TCE/SC. Com isso, a Corte de Contas cumpre a sua missão de controlar a gestão de recursos em benefício da sociedade catarinense.

Gerson dos Santos Sicca

Auditor Substituto de Conselheiro do TCE/SC

Gestor do Acordo de Cooperação Técnica Atricon/MEC/FNDE/IRB no âmbito do TCE/SC

Luiz Eduardo Cherem

Conselheiro Presidente do TCE/SC





A Criança e a Educação Infantil

A importância da criança para o futuro do planeta é incontestável.

De acordo com o conceito sedimentado no art. 4º da Resolução nº 05, de 17.12.2009, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que fixa as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, a criança “é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Para assegurar a proteção à criança, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou a *Convenção dos Direitos da Criança*, ratificada por 196 países¹, dentre eles o Brasil. O Decreto nº 99.710, de 21.11.1990, determinou a execução e cumprimento em sua integralidade.

A *Convenção* estabelece preceitos de alta relevância para a proteção da criança e a garantia do seu desenvolvimento, tais como o dever de os países assegurarem à criança “a proteção e o cuidado que sejam necessários para o seu bem-estar” (artigo 3, 2) e garantirem “ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (artigo 6, 2). Também estipula que “os Estados Partes prestarão assistência adequada aos pais e aos representantes legais para o desempenho de suas funções no que tange à educação da criança e assegurarão a criação de instituições, instalações e serviços para o cuidado das crianças” (Art. 18, 2), e que deverão adotar as medidas para que “as crianças cujos pais trabalhem tenham direito a beneficiar-se dos serviços de assistência social e creches a que fazem jus” (Art. 18,3).

A manutenção de condições de desenvolvimento das crianças tem sido objeto de grande preocupação da comunidade internacional, em especial na primeira infância, período em que as conexões neurais ocorrem em uma velocidade não mais repetida ao longo da vida. O investimento nesse estágio do desenvolvimento traz

¹ https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm.

melhores resultados futuros em educação, saúde, menores taxas de crime e maiores ganhos individuais². Decorre desse diagnóstico que a educação infantil cumpre papel protagonista no esforço para assegurar uma primeira infância plena de oportunidades.

Entre outros compromissos, no ano 2000, 164 países acordaram o “Marco de Ação de Dakar”, com o propósito de atingir os objetivos e metas de Educação para Todos até o ano de 2015. Para a região das Américas, o Marco de Ação Regional previu a consolidação dos principais resultados positivos obtidos ao longo dos anos 1990, como o aumento “na assistência e educação da primeira infância, particularmente no período entre 4 e 6 anos” e a ampliação do número de anos de escolaridade obrigatória”. Entretanto, reconheceu dificuldades, como a “Atenção insuficiente ao desenvolvimento da primeira infância, em especial das crianças de menos de 4 anos de idade” e “pequenos aumentos dos recursos para a educação e uso ineficiente dos recursos disponíveis”. Por isso, o Marco de Ação para as Américas fixou o compromisso de aumento dos recursos aos programas para crianças menores de 4 anos e a melhoria dos programas para a primeira infância³.

Quinze anos depois, realizou-se na Coreia do Sul o Fórum Mundial sobre Educação 2015, culminando com a aceitação de uma agenda para 2030 compatível com os 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* da ONU, especialmente o de “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Objetivo 4)⁴. O Fórum se comprometeu com os objetivos não cumpridos até 2015 e afirmou a educação pública financiada por recursos públicos por pelo menos doze anos, dos quais nove obrigatórios, e no mínimo um ano de educação pré-escolar, obrigatória, gratuita e de qualidade⁵.

No Brasil, o texto original da Constituição Federal de 1988 previu no seu art. 208, IV, “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. A Emenda Constitucional nº 53, de 19.12.2006, alterou a sua redação, passando a definir como dever do Estado a “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. Posteriormente, relevante alteração foi promovida pela Emenda Constitucional nº 59, de 11.11.2009, no inciso I do artigo 208, dispondo expressamente o dever de o Estado garantir a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

² https://www.unicef.org/media/files/UNICEF_Early_Moments_Matter_for_Every_Child_report.pdf.

³ <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>, fls. 29-31.

⁴ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

⁵ <https://es.unesco.org/world-education-forum-2015/about-forum/declaracion-de-incheon>.



A educação infantil tem sua conceituação e finalidade definida no art. 29 da Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Constituindo a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. É oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (art. 30, I), e “pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (art.30, II).

De acordo com o art. 26, *caput*, da LDB, “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.

Atualmente, está em debate a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo texto propõe seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil: 1) “**Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens (...)”; 2) “**Brincar** de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais (...)”; 3) “**Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana (...)”; 4) “**Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela (...)”; 5) “**Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens”; 6) “**Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento (...)”⁶.

Grandes são os desafios para por em prática as promessas normativas concernentes à educação infantil. Passo importante para isso foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) pela [Lei nº 13.005, de 25.06.2014](#), com vigência de 10 anos, e que estipulou diretrizes, metas e estratégias para todos os níveis de ensino. A primeira meta propõe “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para

⁶ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/3_BNCC-Final_Infantil.pdf. p. 34.

as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

A universalização da pré-escola teve seu prazo vencido em 2016. O relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (Biênio 2014-2016), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indica que no período 2004-2014 a taxa de atendimento de crianças de **4 e 5 anos** no Brasil subiu de **72,1%** para **89,6%**, não atingindo, portanto, a meta 1 do PNE, embora haja números relevantes: o percentual de alunos da zonal rural subiu de **55,5%** em 2004 para **85,4%** em 2014; de crianças negras de **69,8%** para **88,0%** no mesmo período; e dos 25% mais pobres de **63,7%** para **86,3%**, reduzindo a distância em relação aos 25% mais ricos de **26,3%** para **9,5%**.

Em Santa Catarina, o percentual verificado em 2014 foi de **89,9%**, próximo da média nacional⁷. Fundamental que sejam adotadas medidas para buscar a universalização, a exemplo da busca ativa, que, segundo respostas ao questionário aplicado pelo TCE/SC, não é promovida por **48,14%** dos municípios⁸.

Quanto às crianças de **0 a 3 anos**, segundo dados do INEP, a taxa de atendimento no país saltou de **19,2%** em 2004 para **33,3%** em 2014. Na zona rural, o percentual foi de **8,1%** para **17,9%**. A taxa de atendimento de crianças negras chegou a **29,3%** em 2014, ante **16,9%** em 2004. Entretanto, a distância em relação às crianças brancas aumentou de **4,5%** para **8,4%**.

Ainda na faixa de **0 a 3 anos** o percentual dos 25% mais pobres contava com taxa de atendimento de **12,9%** em 2004, passado para **23,3%** em 2014. Aqui também se verificou o aumento da distância em relação aos mais 25% mais ricos, de **24,4%** para **31,4%**.

No Estado de Santa Catarina, o percentual era de **31,0%** em 2004 e de **49,4%** no ano de 2014, muito próximo da meta definida no PNE para o ano de 2024⁹.

Quanto às matrículas de meninos e meninas, tanto na faixa de 0 a 3 anos quanto na de 4 e 5 anos, o percentual é praticamente o mesmo.

⁷ http://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf. Fls. 30 e 33.

⁸ <http://planoseduacao.tce.sc.gov.br/graficos.aspx?identificadorCategoria=1>

⁹ Idem, fls. 38 e 41

MONITORAMENTO DA META 1 DO PNE:

Taxa de atendimento em Creches nos Municípios Catarinenses/2016

A Tabela 1 apresenta os dados estatísticos dos 295 Municípios Catarinenses para o cálculo da Taxa de Atendimento, de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as Creches em Santa Catarina, referência 2016. Ressalta-se que parte da Meta 1 do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#) define: “ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”.

Os dados das matrículas em Creches de crianças de até 3 anos, em 2016, foram extraídos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), mais especificamente das [Sinopses Estatísticas da Educação Básica](#). O estudo leva em conta a taxa líquida de matrículas, ou seja, apenas os matriculados na Creche que estejam na faixa etária (0 a 3 anos de idade) prevista no PNE.

Os dados populacionais foram estimados e atualizados a partir de estudo técnico realizado por auditores fiscais de controle externo da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC, por meio da metodologia descrita na [Informação DAE nº 013, de 14 de setembro de 2017](#) e seus respectivos Anexo 1 e Anexo 2.

O cálculo da Taxa de Atendimento, de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as Creches em Santa Catarina, em 2016, foi realizado por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1B: CRECHES

Fórmula de cálculo: **População de 0 a 3 anos que frequenta a Creche X 100**
População de 0 a 3 anos de idade

Registre-se que a taxa de atendimento não se confunde com a demanda por vagas na rede pública. Para o cálculo daquela leva-se em consideração o número de matrículas e o percentual previsto no Plano Nacional de Educação, enquanto que a demanda toma em consideração o número de crianças que solicitam vaga em Creches. A título exemplificativo, um Município pode ter cumprido a meta prevista no Plano Nacional de Educação e em seu Plano Municipal e ainda assim ter fila de espera por vagas, na hipótese em que o percentual mínimo de atendimento previsto em Lei não é suficiente para atender toda a demanda.

Na [Tabela 1](#), apresentada na sequência, chama atenção, num primeiro momento:

a) os 186 Municípios Catarinenses que, em 2016, ainda não estavam dentro do percentual mínimo, de 50%, de atendimento em Creches da população de 0 a 3 anos, conforme previsto na Meta 1 do PNE; e

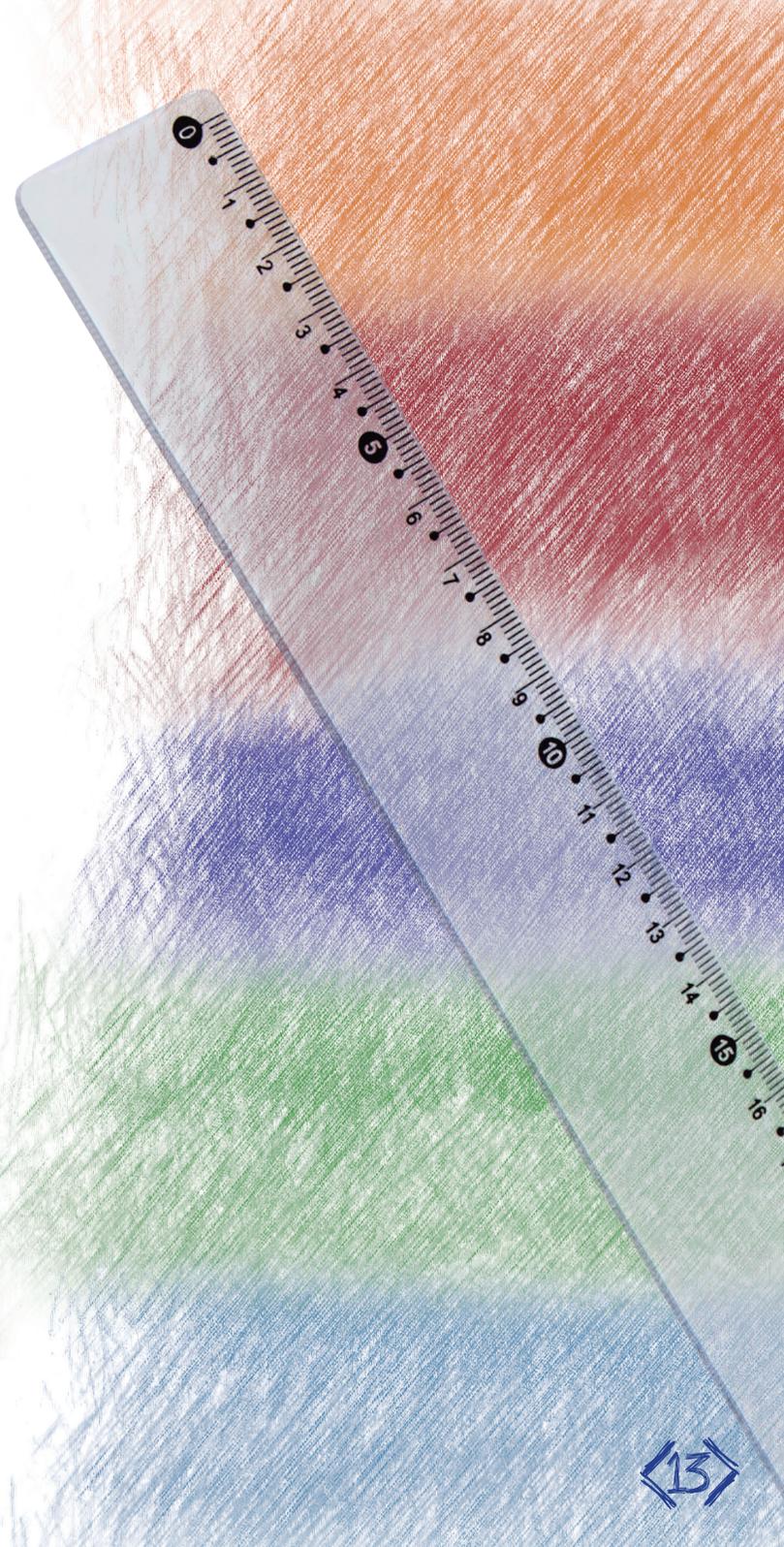
b) os Municípios de Águas Frias, Antônio Carlos, Balneário Rincão, Barra Bonita, Barra Velha, Botuverá, Capão Alto, Celso Ramos, Dionísio Cerqueira, Erval Velho, Flor do Sertão, Frei Rogério, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Guatambu, Ibiã, Içara, Ipira, Itapiranga, Itapoá, Jaborá, Jardinópolis, Luzerna, Macieira, Massaranduba, Nova Erechim, Nova Veneza, Paial, Palmeira, Piratuba, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Sul Brasil, Tigrinhos, Treviso, Tunápolis, Vargeão e Vargem, apresentaram Taxa de Atendimento superiores a 100%.

Cabe ressaltar que determinadas demandas educacionais de alguns Municípios podem ser atendidas por Municípios vizinhos, por diversos fatores, podendo interferir nos resultados das Taxas de Atendimento Escolar. Além disso, pode haver margens decorrentes da diferença entre o crescimento populacional real de um Município e a atualização por estimativa conforme os percentuais da população por faixa etária identificados pelo IBGE no Censo de 2010.

Esclarece-se que os percentuais são apresentados como obtidos a partir da aplicação da fórmula antes exposta, sendo que a verificação, pelo Tribunal de Contas, de situações que mereçam uma melhor avaliação ficará a cargo das diretorias responsáveis pelas ações de fiscalização.

Tabela 1 – Verificação do atingimento da Meta 1 do PNE: Creches em SC/2016

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Abdon Batista	66	117	56,20%	Dentro do mínimo
Abelardo Luz	285	1.050	27,14%	Fora do mínimo
Agrolândia	260	523	49,76%	Fora do mínimo
Agronômica	65	304	21,40%	Fora do mínimo
Água Doce	103	366	28,16%	Fora do mínimo
Águas de Chapecó	108	291	37,06%	Fora do mínimo
Águas Frias	49	106	46,07%	Fora do mínimo
Águas Mornas	103	200	51,51%	Dentro do mínimo
Alfredo Wagner	91	484	18,80%	Fora do mínimo
Alto Bela Vista	59	85	69,29%	Dentro do mínimo
Anchieta	147	277	53,10%	Dentro do mínimo
Angelina	68	205	33,13%	Fora do mínimo
Anita Garibaldi	151	337	44,78%	Fora do mínimo
Anitápolis	56	171	32,81%	Fora do mínimo
Antônio Carlos	109	379	28,79%	Fora do mínimo



MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Apiúna	292	501	58,25%	Dentro do mínimo
Arabutã	82	192	42,68%	Fora do mínimo
Araquari	826	2.480	33,30%	Fora do mínimo
Araranguá	1.215	3.440	35,32%	Fora do mínimo
Armazém	218	397	54,88%	Dentro do mínimo
Arroio Trinta	53	108	48,94%	Fora do mínimo
Arvoredo	45	88	51,39%	Dentro do mínimo
Ascurra	273	335	81,49%	Dentro do mínimo
Atalanta	100	119	83,98%	Dentro do mínimo
Aurora	166	252	65,84%	Dentro do mínimo
Balneário Arroio do Silva	265	649	40,85%	Fora do mínimo
Balneário Barra do Sul	79	466	16,97%	Fora do mínimo
Balneário Camboriú	2.856	5.467	52,24%	Dentro do mínimo
Balneário Gaivota	212	569	37,26%	Fora do mínimo
Balneário Piçarras	833	1.334	62,47%	Dentro do mínimo
Balneário Rincão	56	633	8,84%	Fora do mínimo
Bandeirante	53	117	45,16%	Fora do mínimo
Barra Bonita	27	78	34,73%	Fora do mínimo
Barra Velha	815	1.540	52,92%	Dentro do mínimo
Bela Vista do Toldo	71	317	22,37%	Fora do mínimo
Belmonte	16	127	12,59%	Fora do mínimo
Benedito Novo	197	508	38,79%	Fora do mínimo
Biguaçu	1.000	3.441	29,06%	Fora do mínimo
Blumenau	7.264	15.136	47,99%	Fora do mínimo
Bocaina do Sul	84	143	58,88%	Dentro do mínimo
Bom Jardim da Serra	33	206	16,02%	Fora do mínimo
Bom Jesus	52	144	36,22%	Fora do mínimo
Bom Jesus do Oeste	49	90	54,66%	Dentro do mínimo
Bom Retiro	180	517	34,79%	Fora do mínimo
Bombinhas	640	1.001	63,96%	Dentro do mínimo
Botuverá	58	202	28,76%	Fora do mínimo
Braço do Norte	1.222	1.565	78,10%	Dentro do mínimo
Braço do Trombudo	120	187	64,08%	Dentro do mínimo
Brunópolis	44	116	38,04%	Fora do mínimo

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Brusque	2.913	6.226	46,79%	Fora do mínimo
Caçador	1.301	4.343	29,96%	Fora do mínimo
Caibi	146	225	65,02%	Dentro do mínimo
Calmon	130	224	57,99%	Dentro do mínimo
Camboriú	1.962	4.714	41,62%	Fora do mínimo
Campo Alegre	260	595	43,71%	Fora do mínimo
Campo Belo do Sul	71	359	19,80%	Fora do mínimo
Campo Erê	270	440	61,31%	Dentro do mínimo
Campos Novos	876	1.802	48,60%	Fora do mínimo
Canelinha	255	629	40,53%	Fora do mínimo
Canoinhas	1.098	2.770	39,64%	Fora do mínimo
Capão Alto	49	124	39,42%	Fora do mínimo
Capinzal	493	1.101	44,80%	Fora do mínimo
Capivari de Baixo	616	1.138	54,11%	Dentro do mínimo
Catanduvas	291	536	54,29%	Dentro do mínimo
Caxambu do Sul	44	169	26,01%	Fora do mínimo
Celso Ramos	57	121	47,01%	Fora do mínimo
Cerro Negro	65	158	41,21%	Fora do mínimo
Chapadão do Lageado	73	142	51,46%	Dentro do mínimo
Chapecó	6.200	11.046	56,13%	Dentro do mínimo
Cocal do Sul	376	642	58,57%	Dentro do mínimo
Concórdia	2.228	3.300	67,52%	Dentro do mínimo
Cordilheira Alta	78	191	40,74%	Fora do mínimo
Coronel Freitas	221	442	49,97%	Fora do mínimo
Coronel Martins	38	78	48,72%	Fora do mínimo
Correia Pinto	435	664	65,46%	Dentro do mínimo
Corupá	346	852	40,63%	Fora do mínimo
Criciúma	5.413	9.881	54,78%	Dentro do mínimo
Cunha Porã	255	423	60,27%	Dentro do mínimo
Cunhataí	48	88	54,68%	Dentro do mínimo
Curitibanos	1.114	2.022	55,09%	Dentro do mínimo
Descanso	143	340	42,06%	Fora do mínimo
Dionísio Cerqueira	302	850	35,53%	Fora do mínimo
Dona Emma	118	202	58,34%	Dentro do mínimo



MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Doutor Pedrinho	77	193	39,88%	Fora do mínimo
Entre Rios	53	151	35,09%	Fora do mínimo
Ermo	41	95	43,10%	Fora do mínimo
Erval Velho	63	202	31,21%	Fora do mínimo
Faxinal dos Guedes	114	562	20,28%	Fora do mínimo
Flor do Sertão	8	71	11,25%	Fora do mínimo
Florianópolis	9.922	20.051	49,48%	Fora do mínimo
Formosa do Sul	56	99	56,54%	Dentro do mínimo
Forquilha	959	1.262	76,01%	Dentro do mínimo
Fraiburgo	846	2.099	40,30%	Fora do mínimo
Frei Rogério	52	88	59,15%	Dentro do mínimo
Galvão	52	145	35,96%	Fora do mínimo
Garopaba	324	932	34,78%	Fora do mínimo
Garuva	378	1.114	33,92%	Fora do mínimo
Gaspar	1.723	3.270	52,70%	Dentro do mínimo
Governador Celso Ramos	404	563	71,75%	Dentro do mínimo
Grão Pará	142	326	43,62%	Fora do mínimo
Gravatal	283	455	62,24%	Dentro do mínimo
Guabiruba	431	1.004	42,94%	Fora do mínimo
Guaraciaba	147	364	40,44%	Fora do mínimo
Guaramirim	819	2.481	33,01%	Fora do mínimo
Guarujá do Sul	118	190	62,23%	Dentro do mínimo
Guatambu	-	200	0,00%	Fora do mínimo
Herval d'Oeste	542	1.097	49,41%	Fora do mínimo
Ibiam	30	91	32,82%	Fora do mínimo
Ibicaré	25	122	20,52%	Fora do mínimo
Ibirama	639	915	69,84%	Dentro do mínimo
Içara	974	2.775	35,10%	Fora do mínimo
Ilhota	545	731	74,55%	Dentro do mínimo
Imaruí	149	392	38,04%	Fora do mínimo
Imbituba	699	1.979	35,32%	Fora do mínimo
Imbuia	114	327	34,87%	Fora do mínimo
Indaial	2.113	3.496	60,43%	Dentro do mínimo
Iomerê	67	107	62,64%	Dentro do mínimo

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Ipira	102	176	57,97%	Dentro do mínimo
Iporã do Oeste	176	405	43,41%	Fora do mínimo
Ipuaçu	24	475	5,05%	Fora do mínimo
Ipumirim	161	312	51,62%	Dentro do mínimo
Iraceminha	50	156	32,08%	Fora do mínimo
Irani	192	509	37,76%	Fora do mínimo
Irati	59	82	71,72%	Dentro do mínimo
Irineópolis	210	603	34,80%	Fora do mínimo
Itá	99	248	39,95%	Fora do mínimo
Itaiópolis	431	1.177	36,62%	Fora do mínimo
Itajaí	5.187	11.039	46,99%	Fora do mínimo
Itapema	1.230	3.259	37,74%	Fora do mínimo
Itapiranga	304	800	38,00%	Fora do mínimo
Itapoá	643	1.102	58,36%	Dentro do mínimo
Ituporanga	725	1.271	57,06%	Dentro do mínimo
Jaborá	51	169	30,18%	Fora do mínimo
Jacinto Machado	222	414	53,67%	Dentro do mínimo
Jaguaruna	176	871	20,21%	Fora do mínimo
Jaraguá do Sul	4.003	8.724	45,88%	Fora do mínimo
Jardinópolis	51	57	89,36%	Dentro do mínimo
Joaçaba	822	1.301	63,20%	Dentro do mínimo
Joinville	10.425	28.715	36,30%	Fora do mínimo
José Boiteux	108	270	39,96%	Fora do mínimo
Jupiá	27	106	25,36%	Fora do mínimo
Lacerdópolis	33	88	37,46%	Fora do mínimo
Lages	4.175	8.093	51,59%	Dentro do mínimo
Laguna	712	2.057	34,61%	Fora do mínimo
Lajeado Grande	-	57	0,00%	Fora do mínimo
Laurentino	215	293	73,31%	Dentro do mínimo
Lauro Müller	268	735	36,45%	Fora do mínimo
Lebon Régis	273	791	34,51%	Fora do mínimo
Leoberto Leal	53	153	34,62%	Fora do mínimo
Lindóia do Sul	76	187	40,57%	Fora do mínimo
Lontras	447	616	72,55%	Dentro do mínimo

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Luiz Alves	273	654	41,75%	Fora do mínimo
Luzerna	97	192	50,51%	Dentro do mínimo
Macieira	13	78	16,64%	Fora do mínimo
Mafra	1.053	2.708	38,88%	Fora do mínimo
Major Gercino	20	134	14,89%	Fora do mínimo
Major Vieira	71	419	16,93%	Fora do mínimo
Maracajá	160	389	41,11%	Fora do mínimo
Maravilha	742	1.180	62,88%	Dentro do mínimo
Marema	23	50	46,01%	Fora do mínimo
Massaranduba	429	713	60,13%	Dentro do mínimo
Matos Costa	54	136	39,75%	Fora do mínimo
Meleiro	191	300	63,62%	Dentro do mínimo
Mirim Doce	84	90	93,51%	Dentro do mínimo
Modelo	108	163	66,40%	Dentro do mínimo
Mondaí	151	474	31,85%	Fora do mínimo
Monte Carlo	281	541	51,89%	Dentro do mínimo
Monte Castelo	103	475	21,67%	Fora do mínimo
Morro da Fumaça	222	897	24,76%	Fora do mínimo
Morro Grande	61	115	53,23%	Dentro do mínimo
Navegantes	2.348	4.633	50,67%	Dentro do mínimo
Nova Erechim	110	217	50,64%	Dentro do mínimo
Nova Itaberaba	64	161	39,77%	Fora do mínimo
Nova Trento	285	608	46,91%	Fora do mínimo
Nova Veneza	318	656	48,51%	Fora do mínimo
Novo Horizonte	-	92	0,00%	Fora do mínimo
Orleans	507	1.032	49,12%	Fora do mínimo
Otacílio Costa	536	1.092	49,07%	Fora do mínimo
Ouro	147	319	46,08%	Fora do mínimo
Ouro Verde	21	98	21,45%	Fora do mínimo
Paial	17	72	23,59%	Fora do mínimo
Painel	34	125	27,16%	Fora do mínimo
Palhoça	2.402	8.333	28,82%	Fora do mínimo
Palma Sola	180	432	41,67%	Fora do mínimo
Palmeira	51	133	38,38%	Fora do mínimo

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Palmitos	278	712	39,05%	Fora do mínimo
Papanduva	268	967	27,72%	Fora do mínimo
Paraíso	70	139	50,40%	Dentro do mínimo
Passo de Torres	143	429	33,30%	Fora do mínimo
Passos Maia	70	223	31,44%	Fora do mínimo
Paulo Lopes	68	330	20,61%	Fora do mínimo
Pedras Grandes	56	152	36,92%	Fora do mínimo
Penha	682	1.439	47,41%	Fora do mínimo
Peritiba	97	103	93,93%	Dentro do mínimo
Pescaria Brava	196	448	43,78%	Fora do mínimo
Petrolândia	123	265	46,46%	Fora do mínimo
Pinhalzinho	478	864	55,35%	Dentro do mínimo
Pinheiro Preto	53	125	42,36%	Fora do mínimo
Piratuba	138	180	76,82%	Dentro do mínimo
Planalto Alegre	57	89	63,77%	Dentro do mínimo
Pomerode	839	1.446	58,04%	Dentro do mínimo
Ponte Alta	72	247	29,13%	Fora do mínimo
Ponte Alta do Norte	73	204	35,79%	Fora do mínimo
Ponte Serrada	367	617	59,52%	Dentro do mínimo
Porto Belo	564	896	62,98%	Dentro do mínimo
Porto União	684	1.732	39,49%	Fora do mínimo
Pouso Redondo	421	986	42,70%	Fora do mínimo
Praia Grande	191	378	50,46%	Dentro do mínimo
Presidente Castelo Branco	53	52	101,03%	Dentro do mínimo
Presidente Getúlio	584	790	73,96%	Dentro do mínimo
Presidente Nereu	52	95	54,83%	Dentro do mínimo
Princesa	72	112	64,54%	Dentro do mínimo
Quilombo	149	395	37,73%	Fora do mínimo
Rancho Queimado	43	114	37,61%	Fora do mínimo
Rio das Antas	154	310	49,61%	Fora do mínimo
Rio do Campo	175	316	55,41%	Dentro do mínimo
Rio do Oeste	138	303	45,56%	Fora do mínimo
Rio do Sul	2.367	3.383	69,97%	Dentro do mínimo
Rio dos Cedros	220	525	41,93%	Fora do mínimo

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Rio Fortuna	129	196	65,95%	Dentro do mínimo
Rio Negrinho	849	2.261	37,55%	Fora do mínimo
Rio Rufino	46	117	39,21%	Fora do mínimo
Riqueza	71	222	31,98%	Fora do mínimo
Rodeio	239	439	54,43%	Dentro do mínimo
Romelândia	65	192	33,80%	Fora do mínimo
Salette	182	332	54,78%	Dentro do mínimo
Saltinho	59	184	32,13%	Fora do mínimo
Salto Veloso	102	210	48,53%	Fora do mínimo
Sangão	199	810	24,58%	Fora do mínimo
Santa Cecília	234	1.060	22,09%	Fora do mínimo
Santa Helena	26	83	31,32%	Fora do mínimo
Santa Rosa de Lima	55	86	63,90%	Dentro do mínimo
Santa Rosa do Sul	198	424	46,69%	Fora do mínimo
Santa Terezinha	153	380	40,26%	Fora do mínimo
Santa Terezinha do Progresso	10	129	7,78%	Fora do mínimo
Santiago do Sul	41	56	73,09%	Dentro do mínimo
Santo Amaro da Imperatriz	489	974	50,22%	Dentro do mínimo
São Bento do Sul	2.437	4.399	55,40%	Dentro do mínimo
São Bernardino	60	92	65,01%	Dentro do mínimo
São Bonifácio	13	92	14,19%	Fora do mínimo
São Carlos	188	514	36,56%	Fora do mínimo
São Cristóvão do Sul	120	273	43,95%	Fora do mínimo
São Domingos	223	439	50,84%	Dentro do mínimo
São Francisco do Sul	1.271	2.688	47,29%	Fora do mínimo
São João Batista	749	1.956	38,30%	Fora do mínimo
São João do Itaperiú	59	179	32,93%	Fora do mínimo
São João do Oeste	99	205	48,22%	Fora do mínimo
São João do Sul	127	305	41,70%	Fora do mínimo
São Joaquim	399	1.526	26,14%	Fora do mínimo
São José	3.377	11.110	30,40%	Fora do mínimo
São José do Cedro	328	563	58,31%	Dentro do mínimo
São José do Cerrito	71	388	18,29%	Fora do mínimo
São Lourenço do Oeste	361	1.186	30,43%	Fora do mínimo

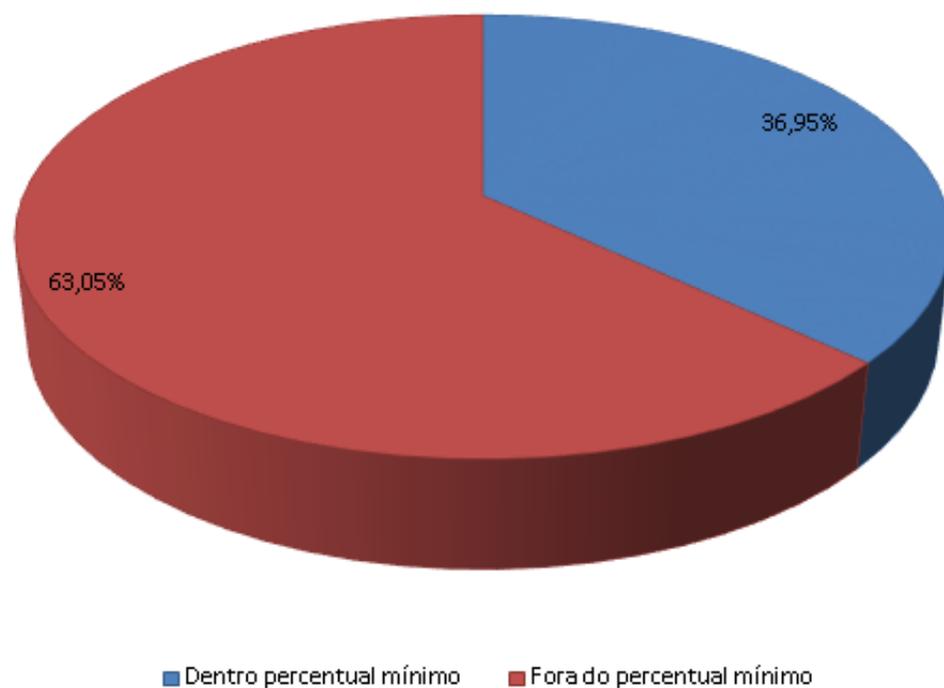
MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
São Ludgero	422	745	56,68%	Dentro do mínimo
São Martinho	59	112	52,55%	Dentro do mínimo
São Miguel da Boa Vista	16	68	23,41%	Fora do mínimo
São Miguel do Oeste	1.207	1.749	69,02%	Dentro do mínimo
São Pedro de Alcântara	99	176	56,14%	Dentro do mínimo
Saudades	262	356	73,52%	Dentro do mínimo
Schroeder	345	1.186	29,08%	Fora do mínimo
Seara	369	756	48,83%	Fora do mínimo
Serra Alta	68	131	51,78%	Dentro do mínimo
Siderópolis	263	592	44,40%	Fora do mínimo
Sombrio	1.108	1.448	76,54%	Dentro do mínimo
Sul Brasil	49	122	40,19%	Fora do mínimo
Taió	531	829	64,08%	Dentro do mínimo
Tangará	162	423	38,31%	Fora do mínimo
Tigrinhos	51	60	84,75%	Dentro do mínimo
Tijucas	888	1.695	52,39%	Dentro do mínimo
Timbé do Sul	104	244	42,69%	Fora do mínimo
Timbó	1.122	1.970	56,96%	Dentro do mínimo
Timbó Grande	160	529	30,24%	Fora do mínimo
Três Barras	420	1.162	36,15%	Fora do mínimo
Treviso	95	145	65,38%	Dentro do mínimo
Treze de Maio	97	311	31,19%	Fora do mínimo
Treze Tilias	195	356	54,76%	Dentro do mínimo
Trombudo Central	206	362	56,89%	Dentro do mínimo
Tubarão	2.292	4.103	55,86%	Dentro do mínimo
Tunápolis	55	188	29,31%	Fora do mínimo
Turvo	355	558	63,61%	Dentro do mínimo
União do Oeste	48	130	37,01%	Fora do mínimo
Urubici	241	661	36,46%	Fora do mínimo
Urupema	16	111	14,41%	Fora do mínimo
Urussanga	359	785	45,74%	Fora do mínimo
Vargeão	93	213	43,64%	Fora do mínimo
Vargem	61	129	47,30%	Fora do mínimo
Vargem Bonita	90	233	38,71%	Fora do mínimo

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Vidal Ramos	159	353	44,99%	Fora do mínimo
Videira	1.665	2.753	60,47%	Dentro do mínimo
Vitor Meireles	63	272	23,14%	Fora do mínimo
Witmarsum	90	184	49,03%	Fora do mínimo
Xanxerê	1.033	2.546	40,57%	Fora do mínimo
Xavantina	18	178	10,13%	Fora do mínimo
Xaxim	909	1.430	63,56%	Dentro do mínimo
Zortéa	120	160	74,97%	Dentro do mínimo

Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Destaca-se que o download da [Tabela 1](#), anteriormente descrita, pode ser realizado mediante um clique sobre seu título. Baixando a planilha, em formato *Excel* (extensão “xls”), pode-se obter mais detalhes dos dados relativos às Creches nos Municípios Catarinenses, além de outras possibilidades de pesquisas a partir da seleção das Mesorregiões e respectivas Microrregiões, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

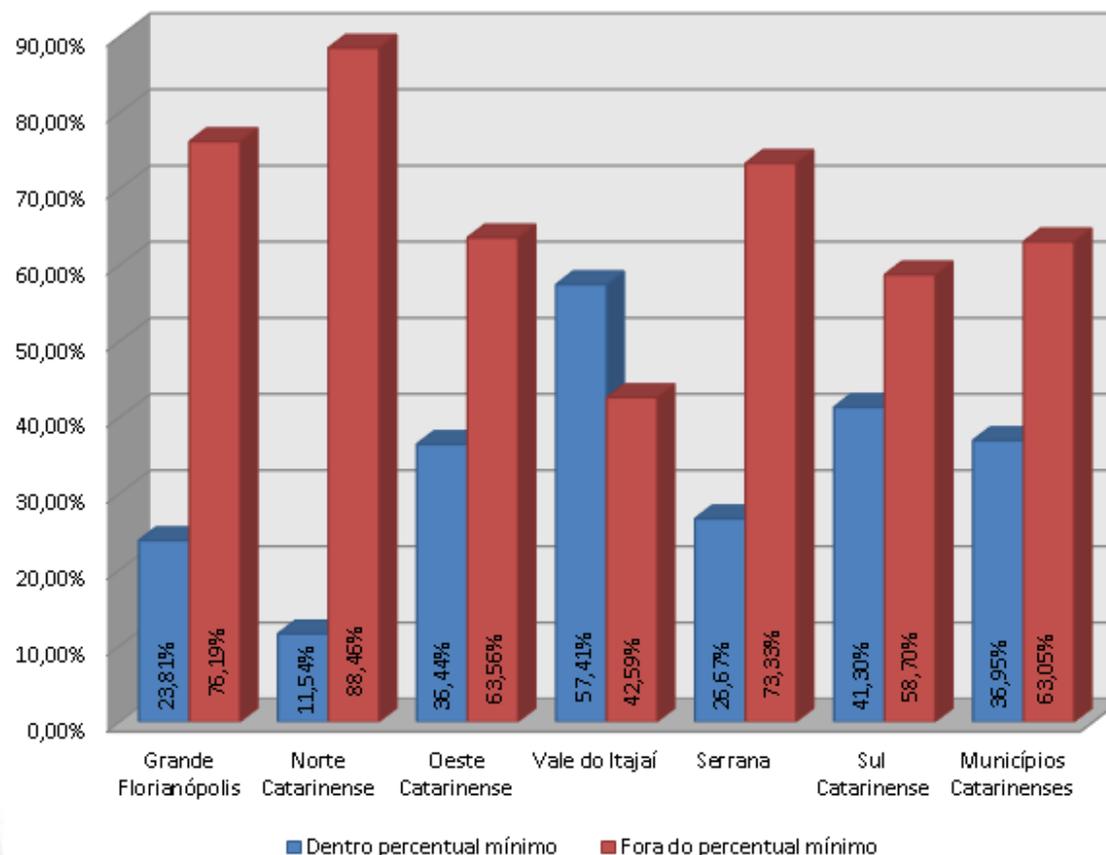
Gráfico 1 – Taxa de Atendimento em Creches dos Municípios Catarinenses/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Note-se, a partir do Gráfico 1, que 36,95% dos 295 Municípios Catarinenses possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE, que era de 50%, e 63,05% ficaram com percentuais abaixo desse percentual mínimo.

Gráfico 2 – Taxa de Atendimento em Creches das Mesorregiões Catarinenses/2016

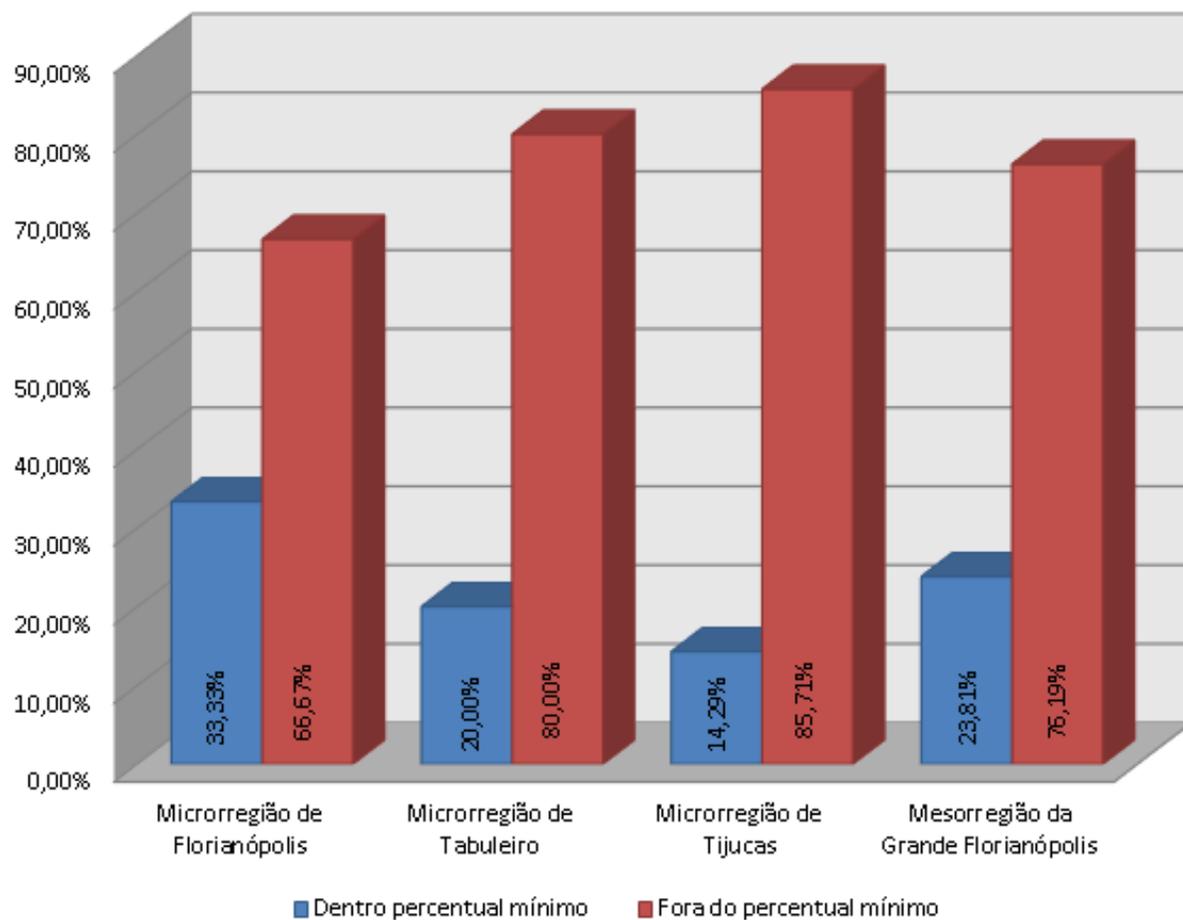


Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Pelo Gráfico 2, percebe-se que 23,81% dos Municípios pertencentes à Mesorregião da Grande Florianópolis possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE e 76,19% ficaram com percentuais abaixo do mínimo. Na Mesorregião do Norte Catarinense, 11,54% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 88,46% ficaram fora desse percentual. Na Mesorregião do Oeste Catarinense, 36,44% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo, enquanto 63,56% não estavam. Na Mesorregião do Vale do Itajaí, 57,41% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 42,59% ficaram de fora. Na Mesorregião Serrana 26,67%

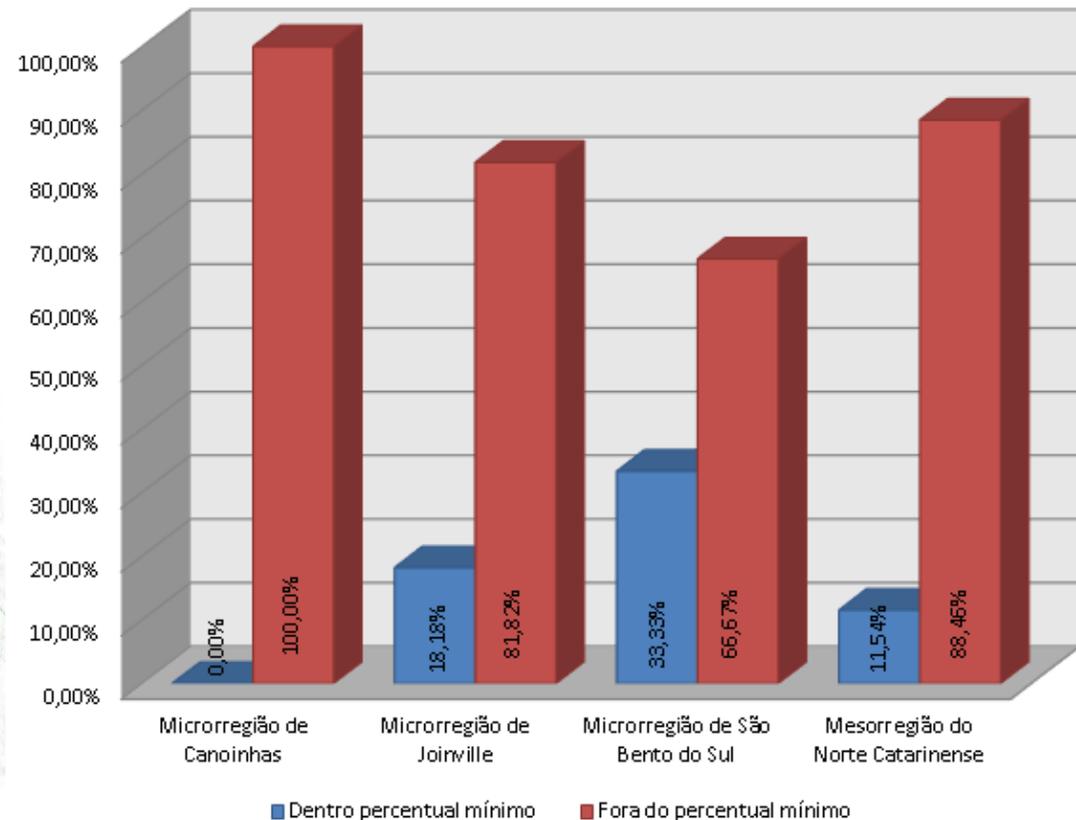
dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 73,33% estavam fora. Na Mesorregião do Sul Catarinense 41,30% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 58,70% não estavam. Também, há possibilidade de se comparar os resultados das Mesorregiões com os resultados obtidos nos 295 Municípios Catarinenses, em que 36,95% alcançaram o percentual mínimo e 63,05% ficaram com percentuais abaixo do mínimo.

Gráfico 3 – Taxa de Atendimento em Creches das Microrregiões da Grande Florianópolis/2016



Observa-se, na leitura do Gráfico 3, que 33,33% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Florianópolis da Grande Florianópolis possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE e 66,67% ficaram com percentuais abaixo desse percentual mínimo. No entanto, na Microrregião de Tabuleiro da Grande Florianópolis, 20,00% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 80,00% ficaram de fora. Na Microrregião de Tijucas da Grande Florianópolis, 14,29% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 85,71% fora. Ademais, é possível confrontar os resultados das Microrregiões da Grande Florianópolis com os resultados obtidos na Mesorregião as quais pertencem, que nesse caso ficam em 23,81% dentro do mínimo e 76,19% fora.

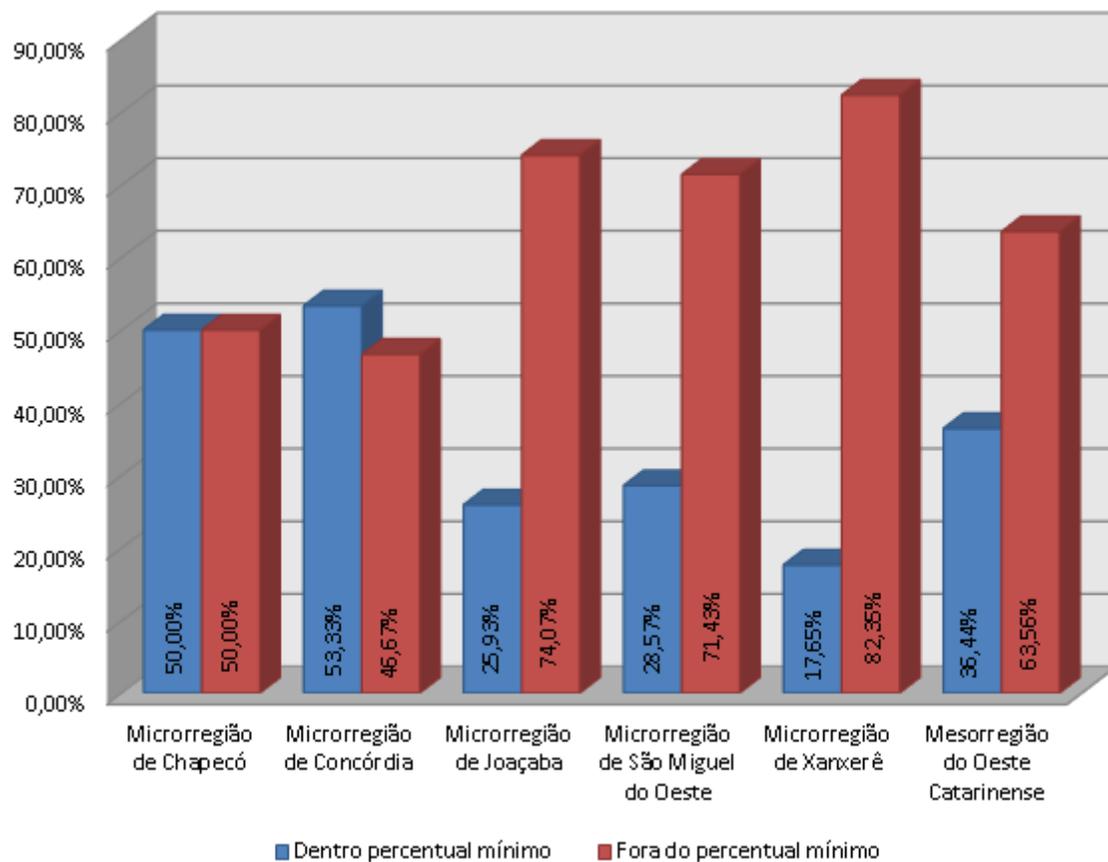
Gráfico 4 – Taxa de Atendimento em Creches das Microrregiões do Norte Catarinense/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

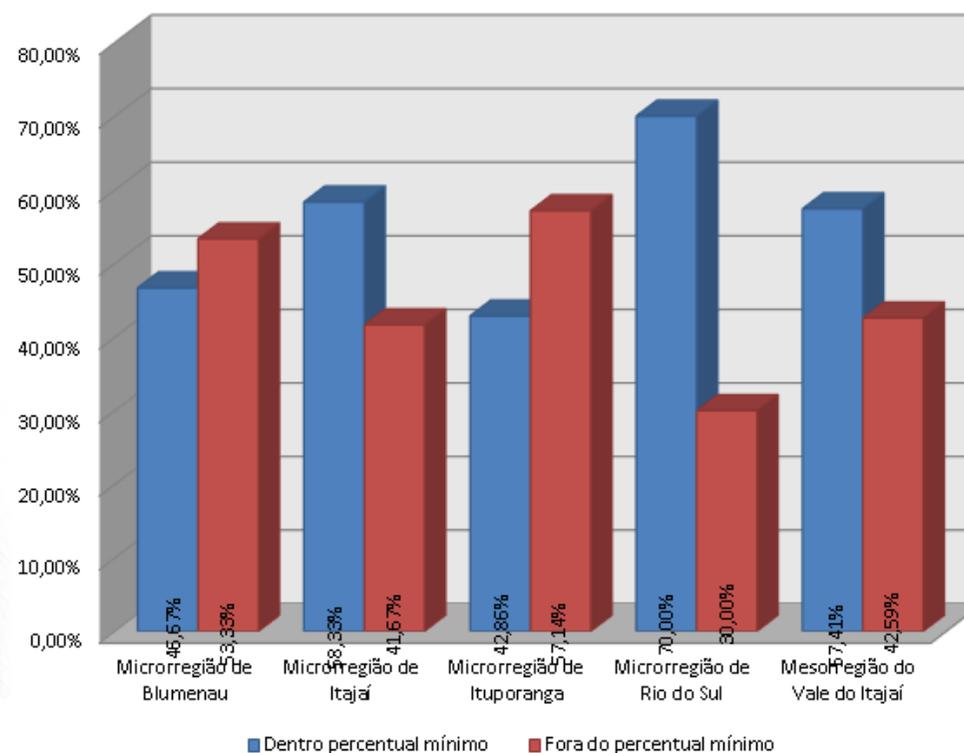
A partir do Gráfico 4, nota-se que nenhum dos Municípios pertencentes à Microrregião de Canoinhas, no Norte Catarinense possuía, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE. Na Microrregião de Joinville do Norte Catarinense, 18,18% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 81,82% ficaram fora desse percentual. Na Microrregião de São Bento do Sul do Norte Catarinense, 33,33% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo, enquanto 66,67% ficaram de fora desse percentual. Além disso, podem-se comparar os resultados das Microrregiões do Norte Catarinense com os resultados obtidos na Mesorregião as quais pertencem, cujos percentuais ficam em 11,54% dentro da meta e 88,46% fora.

Gráfico 5 – Taxa de Atendimento em Creches das Microrregiões do Oeste Catarinense/2016



Pelo Gráfico 5, percebe-se que 50,00% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Chapecó, no Oeste Catarinense possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches de crianças de 0 a 3 anos dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE e 50,00% ficaram com percentuais abaixo desse percentual mínimo. Na Microrregião de Concórdia, também no Oeste Catarinense, 53,33% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 46,67% fora. Na Microrregião de Joaçaba, 25,93% dos Municípios alcançaram o percentual mínimo, enquanto 74,07% não alcançaram. Na Microrregião de São Miguel do Oeste, 28,57% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 71,43% ficaram fora desse percentual. Na Microrregião de Xanxerê, 17,65% dos Municípios atingiram o percentual mínimo e 82,35% não atingiram. Também, há possibilidade de se comparar os resultados das Microrregiões da Mesorregião do Oeste Catarinense com os resultados obtidos na Mesorregião as quais pertencem, os números ficaram em 36,44% dentro do percentual mínimo e 63,56% fora.

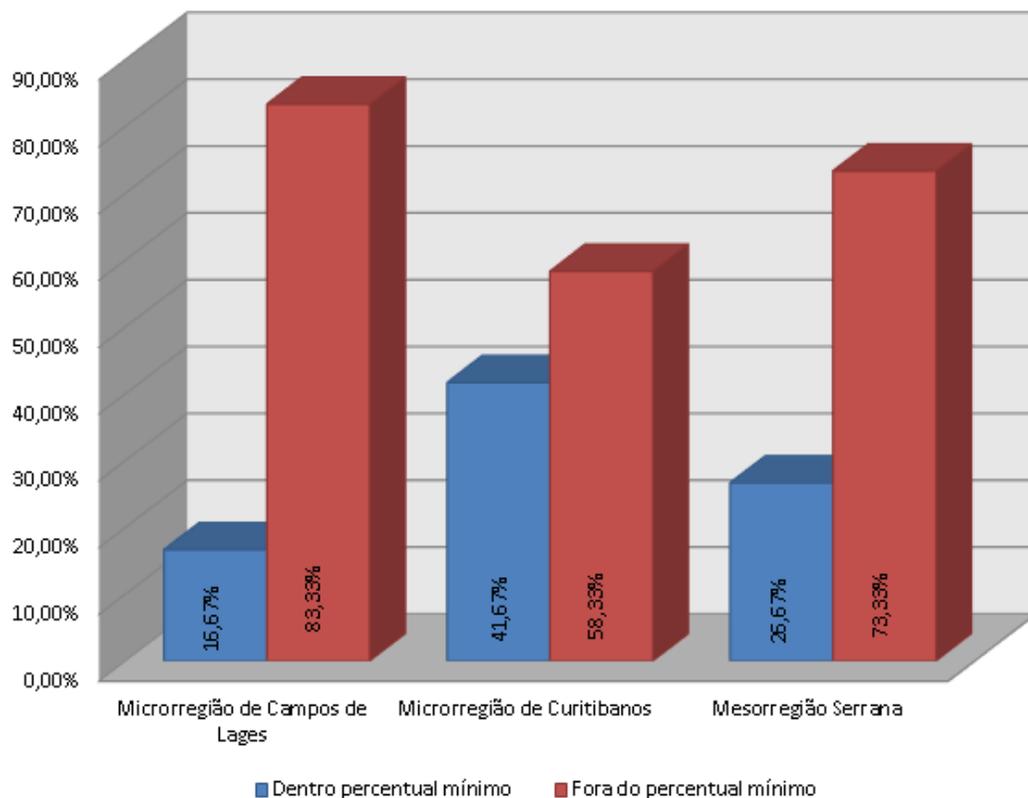
Gráfico 6 – Taxa de Atendimento em Creches das Microrregiões do Vale do Itajaí/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

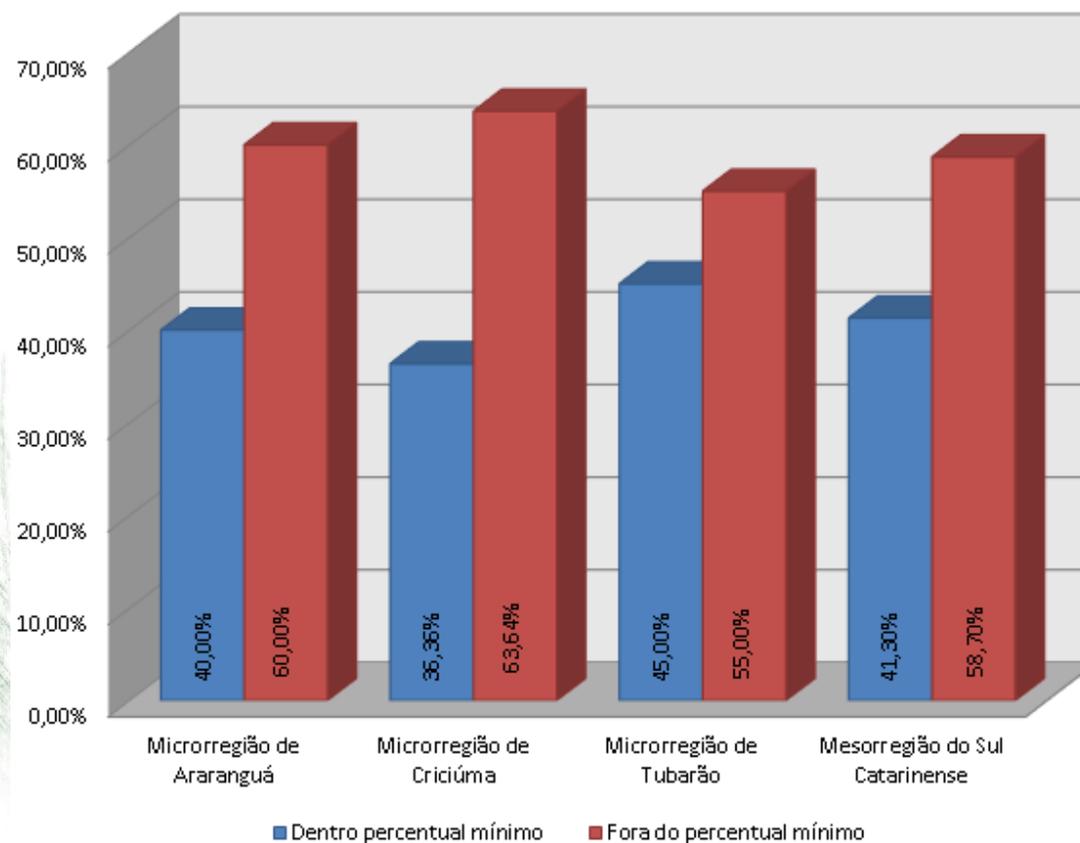
Observa-se, na leitura do Gráfico 6, que 46,67% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Blumenau, no Vale do Itajaí possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches de crianças de 0 a 3 anos dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE, enquanto 53,33% ficaram com percentuais abaixo do mínimo. Na Microrregião de Itajaí, 58,33% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 41,67% fora. Na Microrregião de Ituporanga, também do Vale do Itajaí, 42,86% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo, já 57,14% não alcançaram esse percentual. Na Microrregião de Rio do Sul, 70,00% dos Municípios alcançaram o percentual mínimo e 30,00% não alcançaram. Ademais, é possível confrontar os resultados das Microrregiões do Vale do Itajaí com os resultados obtidos na Mesorregião as quais pertencem, cujos percentuais, nesse caso, ficaram em 57,41% dentro da meta mínima e 42,59% fora.

Gráfico 7 – Taxa de Atendimento em Creches das Microrregiões Serranas/2016



A partir do Gráfico 7, nota-se que 16,67% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Campos de Lages da Mesorregião Serrana possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento às **crianças de 0 a 3 anos** em Creches dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE e 83,33% ficaram com percentuais do percentual mínimo. Na Microrregião de Curitibanos, 41,67% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo e 58,33% não atingiram a meta. Além disso, podem-se comparar os resultados das Microrregiões da Mesorregião Serrana com os resultados obtidos na Mesorregião as quais pertencem, que ficaram em 26,67% dentro da meta e 73,33% fora da meta.

Gráfico 8 – Taxa de Atendimento em Creches das Microrregiões Sul Catarinenses/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Pelo Gráfico 8, percebe-se que 40,00% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Araranguá, no Sul Catarinense possuíam, em 2016, suas Taxas de Atendimento em Creches de crianças de 0 a 3 anos dentro do percentual mínimo previsto na Meta 1 do PNE e 60,00% ficaram abaixo do percentual mínimo. Na Microrregião de Criciúma, 36,36% dos Municípios estavam dentro da meta mínima e 63,64% estavam fora. Na Microrregião de Tubarão, 45,00% dos Municípios estavam dentro do percentual mínimo, enquanto 55,00% não alcançaram a meta. Também, há possibilidade de se comparar os resultados das Microrregiões da Mesorregião do Sul Catarinense com os resultados obtidos na Mesorregião à qual pertencem, cujos números, nesse caso, ficaram em **41,30% dentro do percentual mínimo e 58,70% fora**.

MONITORAMENTO DA META 1 DO PNE:

Taxa de atendimento na Pré-escola nos Municípios Catarinenses/2016

A Tabela 2 apresenta os dados estatísticos dos 295 Municípios Catarinenses para o cálculo da Taxa de Atendimento, de crianças de 4 e 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola em Santa Catarina, referência 2016. Ressalta-se que parte da Meta 1 do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#) define: “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade”.

Registra-se que, conforme determina o art. 6º da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#): “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade”, ou seja, a partir da Pré-escola as crianças devem ser matriculadas. Os pais que não matricularem seus filhos podem ser multados, segundo prevê o art. 249 do [Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#).

Ademais, o art. 208, I, da Constituição Federal de 1988, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Os dados das matrículas na Pré-escola de crianças de 4 a 5 anos, em 2016, foram extraídos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), mais especificamente das [Sinopses Estatísticas da Educação Básica](#). O estudo leva em conta a taxa líquida de matrículas, ou seja, apenas os matriculados na creche que estejam na faixa etária (4 e 5 anos de idade) prevista no PNE.

Os dados populacionais foram estimados e atualizados a partir de estudo técnico realizado por auditores fiscais de controle externo da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC, por meio da metodologia descrita na [Informação DAE nº 013, de 14 de setembro de 2017](#) e seus respectivos Anexo 1 e Anexo 2.

O cálculo da Taxa de Atendimento, de crianças de 4 a 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola em Santa Catarina, em 2016, foi realizado por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1A: PRÉ-ESCOLA

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{População de 4 e 5 anos que frequenta a Pré-escola} \times 100}{\text{População de 4 e 5 anos de idade}}$$

Registre-se que a taxa de atendimento não se confunde com a demanda por vagas na rede pública. Para o cálculo daquela leva-se em consideração o número de matrículas e o percen-

tual previsto no Plano Nacional de Educação, enquanto que a demanda toma em consideração o número de crianças que solicitam vaga na Pré-escola. A título exemplificativo, um Município pode ter cumprido a meta prevista no Plano Nacional de Educação e em seu Plano Municipal e ainda assim ter fila de espera por vagas, na hipótese em que o percentual mínimo de atendimento previsto em Lei não é suficiente para atender toda a demanda.

Na Tabela 2, na sequência, chama atenção, num primeiro momento:

a) os 255 Municípios Catarinenses que não atingiram a Meta 1 do PNE, em 2016, relativa à universalização da Pré-escola; e

b) os Municípios de Guatambu, Lajeado Grande e Novo Horizonte, que não tinham crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Pré-escola, obtendo Taxa de Atendimento igual a 0,00%, ou seja, não tinham atendimento em Creche.

Cabe ressaltar que determinadas demandas educacionais de alguns Municípios podem ser atendidas por Municípios vizinhos, por diversos fatores, podendo interferir nos resultados das Taxas de Atendimento Escolar. Além disso, pode haver margens decorrentes da diferença entre o crescimento populacional real de um Município e a atualização por estimativa conforme os percentuais da população por faixa etária identificados pelo IBGE no Censo de 2010.

Esclarece-se que os percentuais são apresentados como obtidos a partir da aplicação da fórmula antes exposta, sendo que a verificação, pelo Tribunal de Contas, de situações que mereçam uma melhor avaliação ficará a cargo das diretorias responsáveis pelas ações de fiscalização.

Tabela 2 – Verificação do atingimento da Meta 1 do PNE: Pré-escola em SC/2016

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Abdon Batista	57	79	72,53%	NÃO
Abelardo Luz	409	492	83,12%	NÃO
Agrolândia	210	311	67,52%	NÃO
Agronômica	106	159	66,52%	NÃO
Água Doce	162	253	64,05%	NÃO
Águas de Chapecó	109	153	71,23%	NÃO
Águas Frias	57	43	133,47%	SIM
Águas Mornas	133	147	90,59%	NÃO
Alfredo Wagner	130	327	39,80%	NÃO
Alto Bela Vista	36	41	88,36%	NÃO
Anchieta	127	181	70,24%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Angelina	99	125	78,90%	NÃO
Anita Garibaldi	193	243	79,50%	NÃO
Anitápolis	61	63	96,45%	NÃO
Antônio Carlos	253	223	113,63%	SIM
Apiúna	246	367	66,94%	NÃO
Arabutã	77	96	79,85%	NÃO
Araquari	752	1.566	48,03%	NÃO
Araranguá	1.329	1.906	69,73%	NÃO
Armazém	170	214	79,33%	NÃO
Arroio Trinta	63	71	89,14%	NÃO
Arvoredo	53	59	89,12%	NÃO
Ascurra	174	235	74,19%	NÃO
Atalanta	64	100	63,79%	NÃO
Aurora	149	153	97,23%	NÃO
Balneário Arroio do Silva	256	348	73,57%	NÃO
Balneário Barra do Sul	260	271	95,77%	NÃO
Balneário Camboriú	2.272	3.374	67,35%	NÃO
Balneário Gaivota	185	290	63,78%	NÃO
Balneário Piçarras	609	674	90,40%	NÃO
Balneário Rincão	342	310	110,42%	SIM
Bandeirante	60	61	98,56%	NÃO
Barra Bonita	42	31	134,38%	SIM
Barra Velha	781	778	100,41%	SIM
Bela Vista do Toldo	164	197	83,46%	NÃO
Belmonte	59	94	62,54%	NÃO
Benedito Novo	204	302	67,46%	NÃO
Biguaçu	1.235	1.689	73,14%	NÃO
Blumenau	7.218	8.884	81,25%	NÃO
Bocaina do Sul	65	118	55,20%	NÃO
Bom Jardim da Serra	80	124	64,40%	NÃO
Bom Jesus	64	94	68,39%	NÃO
Bom Jesus do Oeste	47	52	89,83%	NÃO
Bom Retiro	220	384	57,24%	NÃO
Bombinhas	458	530	86,42%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Botuverá	106	98	108,53%	SIM
Braço do Norte	759	992	76,53%	NÃO
Braço do Trombudo	84	135	62,25%	NÃO
Brunópolis	63	79	80,05%	NÃO
Brusque	2.730	3.230	84,53%	NÃO
Caçador	1.700	2.301	73,89%	NÃO
Caibi	96	209	45,99%	NÃO
Calmon	110	152	72,18%	NÃO
Camboriú	1.908	2.798	68,20%	NÃO
Campo Alegre	295	382	77,31%	NÃO
Campo Belo do Sul	179	251	71,42%	NÃO
Campo Erê	233	260	89,64%	NÃO
Campos Novos	805	1.125	71,56%	NÃO
Canelinha	279	391	71,39%	NÃO
Canoinhas	1.248	1.784	69,97%	NÃO
Capão Alto	59	59	100,58%	SIM
Capinzal	522	631	82,72%	NÃO
Capivari de Baixo	436	704	61,93%	NÃO
Catanduvas	270	350	77,05%	NÃO
Caxambu do Sul	84	100	83,62%	NÃO
Celso Ramos	71	59	121,32%	SIM
Cerro Negro	56	91	61,51%	NÃO
Chapadão do Lageado	59	104	56,76%	NÃO
Chapecó	4.984	5.727	87,03%	NÃO
Cocal do Sul	330	409	80,73%	NÃO
Concórdia	1.698	1.720	98,72%	NÃO
Cordilheira Alta	74	78	94,65%	NÃO
Coronel Freitas	203	222	91,46%	NÃO
Coronel Martins	42	64	65,89%	NÃO
Correia Pinto	339	426	79,57%	NÃO
Corupá	314	343	91,64%	NÃO
Criciúma	4.503	4.962	90,76%	NÃO
Cunha Porã	204	207	98,60%	NÃO
Cunhataí	37	46	80,15%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Curitibanos	819	1.286	63,68%	NÃO
Descanso	129	177	72,89%	NÃO
Dionísio Cerqueira	427	426	100,18%	SIM
Dona Emma	83	115	72,26%	NÃO
Doutor Pedrinho	54	129	41,92%	NÃO
Entre Rios	81	106	76,25%	NÃO
Ermo	32	59	54,42%	NÃO
Erval Velho	90	81	110,44%	SIM
Faxinal dos Guedes	248	314	79,00%	NÃO
Flor do Sertão	32	30	106,18%	SIM
Florianópolis	9.372	10.574	88,64%	NÃO
Formosa do Sul	60	66	91,28%	NÃO
Forquilha	637	833	76,50%	NÃO
Fraiburgo	871	1.038	83,89%	NÃO
Frei Rogério	60	47	128,58%	SIM
Galvão	77	91	84,65%	NÃO
Garopaba	528	636	82,96%	NÃO
Garuva	452	581	77,76%	NÃO
Gaspar	1.465	1.734	84,48%	NÃO
Governador Celso Ramos	293	276	106,00%	SIM
Grão Pará	157	152	103,17%	SIM
Gravatal	221	320	68,97%	NÃO
Guabiruba	412	557	73,94%	NÃO
Guaraciaba	213	238	89,65%	NÃO
Guaramirim	1.015	1.154	87,93%	NÃO
Guarujá do Sul	92	95	96,88%	NÃO
Guatambu	156	153	101,79%	SIM
Herval d'Oeste	454	560	81,12%	NÃO
Ibiam	45	33	135,29%	SIM
Ibicaré	59	96	61,47%	NÃO
Ibirama	424	468	90,69%	NÃO
Içara	1.566	1.357	115,38%	SIM
Ilhota	355	423	83,84%	NÃO
Imaruí	225	299	75,30%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Imbituba	927	966	96,01%	NÃO
Imbuia	142	196	72,57%	NÃO
Indaial	1.617	1.946	83,11%	NÃO
Iomerê	57	68	84,32%	NÃO
Ipira	85	83	102,30%	SIM
Iporã do Oeste	186	235	79,10%	NÃO
Ipuaçú	188	312	60,30%	NÃO
Ipumirim	160	164	97,55%	NÃO
Iraceminha	80	107	74,91%	NÃO
Irani	193	336	57,46%	NÃO
Irati	30	37	80,85%	NÃO
Irineópolis	254	351	72,42%	NÃO
Itá	159	222	71,66%	NÃO
Itaiópolis	597	776	76,93%	NÃO
Itajaí	5.242	5.837	89,81%	NÃO
Itapema	1.227	1.579	77,69%	NÃO
Itapiranga	400	398	100,55%	SIM
Itapoá	550	472	116,43%	SIM
Ituporanga	537	717	74,92%	NÃO
Jaborá	84	79	106,23%	SIM
Jacinto Machado	172	295	58,34%	NÃO
Jaguaruna	468	517	90,54%	NÃO
Jaraguá do Sul	3.922	4.384	89,45%	NÃO
Jardinópolis	47	46	101,39%	SIM
Joaçaba	632	637	99,21%	NÃO
Joinville	12.232	14.774	82,80%	NÃO
José Boiteux	150	164	91,41%	NÃO
Jupiaá	46	56	81,85%	NÃO
Lacerdópolis	38	56	67,84%	NÃO
Lages	3.501	4.262	82,14%	NÃO
Laguna	731	1.164	62,79%	NÃO
Lajeado Grande	42	42	99,77%	NÃO
Laurentino	134	137	97,74%	NÃO
Lauro Müller	314	425	73,90%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Lebon Régis	301	419	71,80%	NÃO
Leoberto Leal	89	98	91,26%	NÃO
Lindóia do Sul	92	124	74,14%	NÃO
Lontras	248	372	66,72%	NÃO
Luiz Alves	344	399	86,19%	NÃO
Luzerna	111	81	136,35%	SIM
Macieira	50	48	105,12%	SIM
Mafra	1.262	1.780	70,91%	NÃO
Major Gercino	70	78	90,20%	NÃO
Major Vieira	161	249	64,65%	NÃO
Maracajá	151	239	63,08%	NÃO
Maravilha	519	596	87,08%	NÃO
Marema	36	43	83,87%	NÃO
Massaranduba	375	329	113,81%	SIM
Matos Costa	65	134	48,42%	NÃO
Meleiro	129	163	79,17%	NÃO
Mirim Doce	55	69	80,27%	NÃO
Modelo	80	92	86,79%	NÃO
Mondaí	216	242	89,30%	NÃO
Monte Carlo	238	374	63,61%	NÃO
Monte Castelo	214	263	81,36%	NÃO
Morro da Fumaça	482	523	92,21%	NÃO
Morro Grande	42	78	53,90%	NÃO
Navegantes	2.139	2.164	98,84%	NÃO
Nova Erechim	106	99	106,74%	SIM
Nova Itaberaba	103	117	87,77%	NÃO
Nova Trento	238	377	63,05%	NÃO
Nova Veneza	352	323	108,95%	SIM
Novo Horizonte	50	96	52,32%	NÃO
Orleans	503	600	83,86%	NÃO
Otacílio Costa	420	589	71,29%	NÃO
Ouro	181	190	95,22%	NÃO
Ouro Verde	45	60	74,42%	NÃO
Paial	32	28	115,23%	SIM

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Painel	42	78	53,66%	NÃO
Palhoça	2.986	4.640	64,36%	NÃO
Palma Sola	197	232	84,94%	NÃO
Palmeira	67	63	107,19%	SIM
Palmitos	255	324	78,73%	NÃO
Papanduva	413	607	68,09%	NÃO
Paraíso	67	76	87,63%	NÃO
Passo de Torres	179	313	57,18%	NÃO
Passos Maia	109	140	77,82%	NÃO
Paulo Lopes	158	211	74,75%	NÃO
Pedras Grandes	61	95	64,06%	NÃO
Penha	610	800	76,24%	NÃO
Peritiba	63	70	90,59%	NÃO
Pescaria Brava	139	253	54,87%	NÃO
Petrolândia	136	147	92,46%	NÃO
Pinhalzinho	469	505	92,91%	NÃO
Pinheiro Preto	46	95	48,32%	NÃO
Piratuba	130	103	126,23%	SIM
Planalto Alegre	56	72	77,81%	NÃO
Pomerode	562	684	82,16%	NÃO
Ponte Alta	116	158	73,21%	NÃO
Ponte Alta do Norte	96	116	82,71%	NÃO
Ponte Serrada	280	441	63,55%	NÃO
Porto Belo	451	666	67,67%	NÃO
Porto União	720	1.161	62,00%	NÃO
Pouso Redondo	393	473	83,09%	NÃO
Praia Grande	149	189	78,92%	NÃO
Presidente Castelo Branco	25	28	89,04%	NÃO
Presidente Getúlio	376	444	84,77%	NÃO
Presidente Nereu	51	51	99,87%	NÃO
Princesa	74	90	82,06%	NÃO
Quilombo	184	263	70,04%	NÃO
Rancho Queimado	62	51	122,01%	SIM
Rio das Antas	134	166	80,83%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Rio do Campo	125	176	70,83%	NÃO
Rio do Oeste	155	176	88,18%	NÃO
Rio do Sul	1.546	1.689	91,56%	NÃO
Rio dos Cedros	170	250	67,98%	NÃO
Rio Fortuna	102	109	93,65%	NÃO
Rio Negrinho	891	1.428	62,39%	NÃO
Rio Rufino	49	90	54,20%	NÃO
Riqueza	83	103	80,53%	NÃO
Rodeio	192	235	81,81%	NÃO
Romelândia	63	147	42,97%	NÃO
Salete	133	204	65,35%	NÃO
Saltinho	86	125	68,96%	NÃO
Salto Veloso	112	116	96,23%	NÃO
Sangão	295	449	65,73%	NÃO
Santa Cecília	299	565	52,90%	NÃO
Santa Helena	41	64	64,13%	NÃO
Santa Rosa de Lima	48	33	144,50%	SIM
Santa Rosa do Sul	185	236	78,55%	NÃO
Santa Terezinha	193	250	77,13%	NÃO
Santa Terezinha do Progresso	49	76	64,55%	NÃO
Santiago do Sul	31	44	69,73%	NÃO
Santo Amaro da Imperatriz	416	512	81,23%	NÃO
São Bento do Sul	1.951	2.455	79,47%	NÃO
São Bernardino	54	74	72,77%	NÃO
São Bonifácio	70	84	83,23%	NÃO
São Carlos	212	245	86,60%	NÃO
São Cristóvão do Sul	120	139	86,08%	NÃO
São Domingos	188	236	79,81%	NÃO
São Francisco do Sul	1.126	1.539	73,14%	NÃO
São João Batista	690	1.069	64,52%	NÃO
São João do Itaperiú	88	98	89,78%	NÃO
São João do Oeste	95	101	94,17%	NÃO
São João do Sul	144	202	71,32%	NÃO
São Joaquim	439	709	61,95%	NÃO

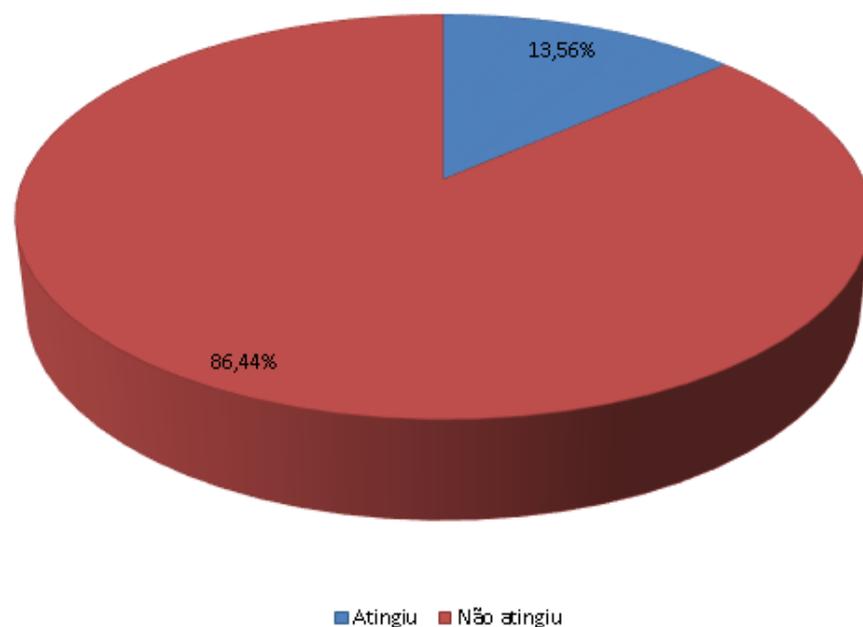
MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
São José	4.102	5.510	74,44%	NÃO
São José do Cedro	304	323	94,09%	NÃO
São José do Cerrito	162	217	74,75%	NÃO
São Lourenço do Oeste	585	650	89,98%	NÃO
São Ludgero	300	303	99,00%	NÃO
São Martinho	59	77	76,83%	NÃO
São Miguel da Boa Vista	36	50	72,36%	NÃO
São Miguel do Oeste	902	810	111,35%	SIM
São Pedro de Alcântara	74	54	135,84%	SIM
Saudades	186	229	81,19%	NÃO
Schroeder	507	584	86,88%	NÃO
Seara	351	426	82,38%	NÃO
Serra Alta	66	86	76,49%	NÃO
Siderópolis	285	311	91,61%	NÃO
Sombrio	677	923	73,32%	NÃO
Sul Brasil	70	50	138,85%	SIM
Taió	374	566	66,13%	NÃO
Tangará	174	196	88,83%	NÃO
Tigrinhos	54	27	196,50%	SIM
Tijucas	844	1.213	69,55%	NÃO
Timbé do Sul	92	155	59,46%	NÃO
Timbó	849	979	86,71%	NÃO
Timbó Grande	152	304	49,93%	NÃO
Três Barras	496	722	68,72%	NÃO
Treviso	84	74	113,66%	SIM
Treze de Maio	153	180	85,19%	NÃO
Treze Tílias	206	238	86,46%	NÃO
Trombudo Central	142	193	73,59%	NÃO
Tubarão	2.096	2.588	80,98%	NÃO
Tunápolis	115	111	103,43%	SIM
Turvo	290	317	91,47%	NÃO
União do Oeste	39	72	54,09%	NÃO
Urubici	277	292	94,98%	NÃO
Urupema	46	53	87,33%	NÃO

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Urussanga	387	539	71,78%	NÃO
Vargeão	113	88	129,10%	SIM
Vargem	65	46	141,88%	SIM
Vargem Bonita	117	159	73,36%	NÃO
Vidal Ramos	141	171	82,61%	NÃO
Videira	1.124	1.384	81,19%	NÃO
Vitor Meireles	113	156	72,59%	NÃO
Witmarsum	101	118	85,93%	NÃO
Xanxerê	1.049	1.277	82,16%	NÃO
Xavantina	77	87	88,70%	NÃO
Xaxim	662	742	89,22%	NÃO
Zortéa	79	96	82,27%	NÃO

Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC

Destaca-se que o download da [Tabela 2](#), anteriormente descrita, pode ser realizado mediante um clique sobre seu título. Baixando a planilha, em formato *Excel* (extensão “xls”), pode-se obter mais detalhes dos dados relativos à Pré-escola nos Municípios Catarinenses, além de outras possibilidades de pesquisas a partir da seleção Mesorregiões e respectivas Microrregiões, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

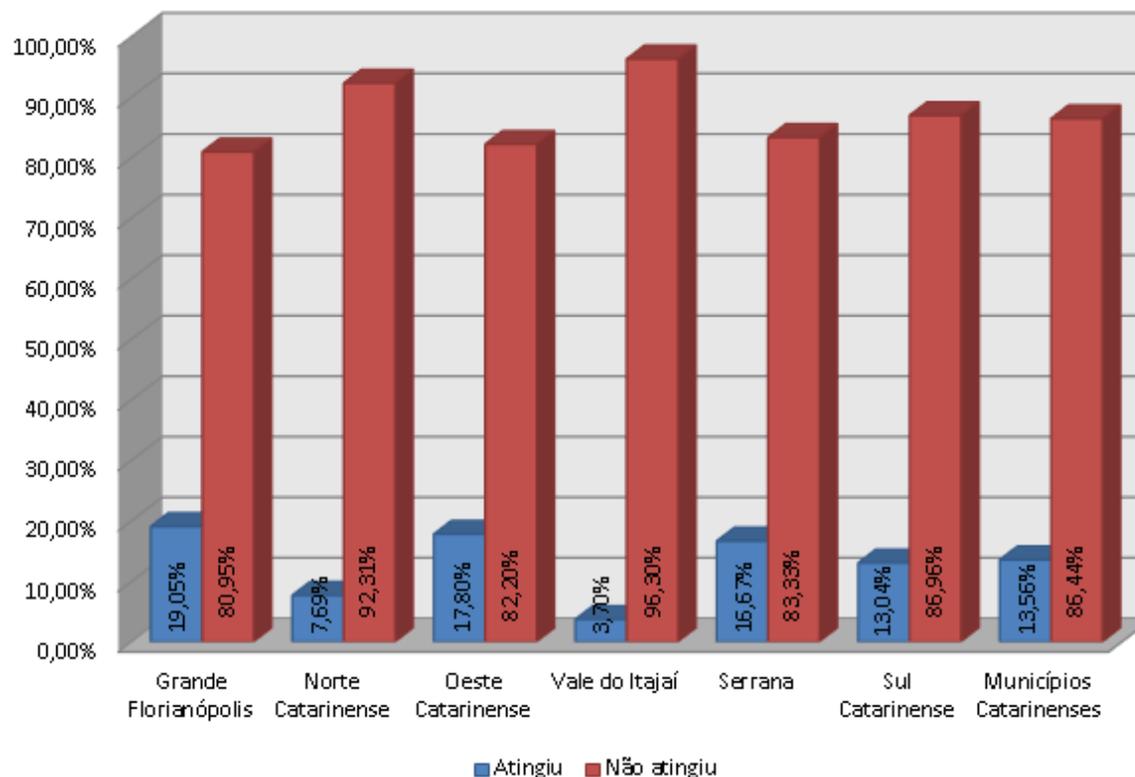
Gráfico 9 – Taxa de Atendimento na Pré-escola dos Municípios Catarinenses/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Note-se, a partir do Gráfico 9, que 13,56% dos 295 Municípios Catarinenses universalizaram, em 2016, o atendimento de crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola, conforme define a Meta 1 do PNE e 86,44% não atingiram o percentual estabelecido, que era de 100%.

Gráfico 10 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Mesorregiões Catarinenses/2016

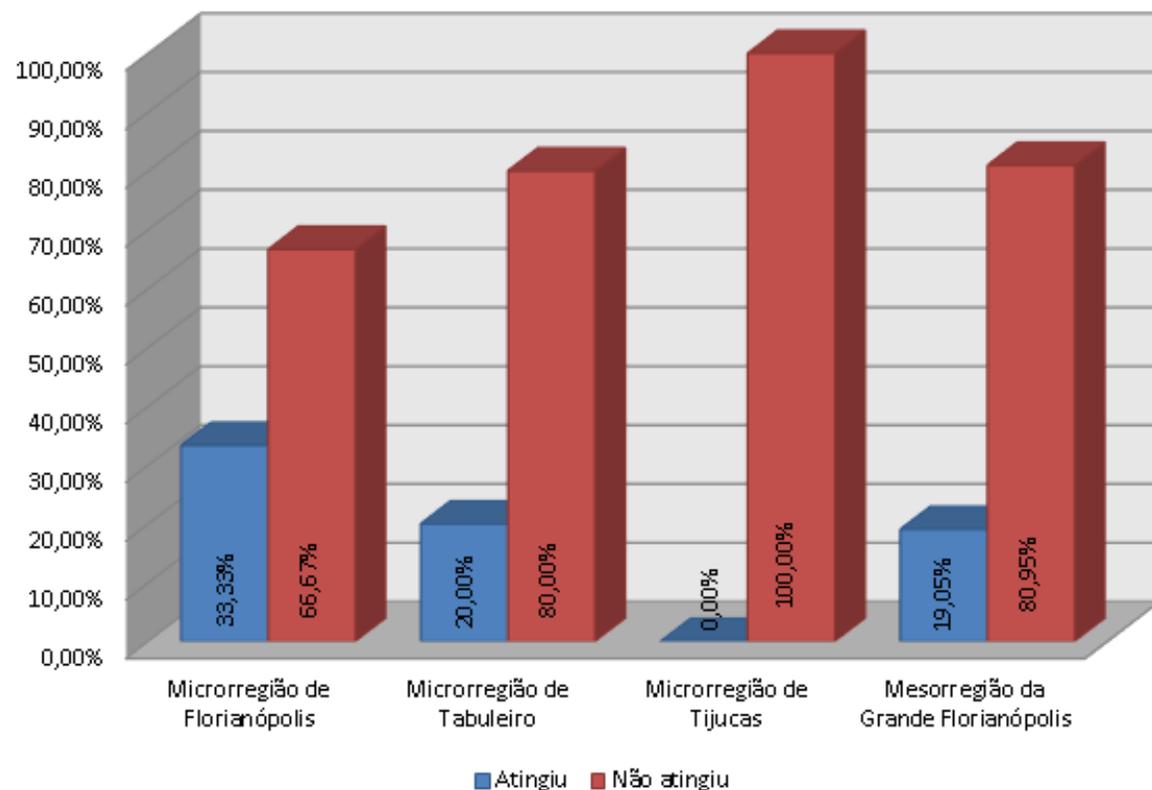


Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Pelo Gráfico 10, percebe-se que 19,05% dos Municípios pertencentes à Mesorregião da Grande Florianópolis universalizaram, em 2016, o atendimento à Pré-escola, conforme prevê a Meta 1 do PNE e 80,95% não atingiram o percentual estabelecido (100%). Na Mesorregião do Norte Catarinense, 7,69% dos Municípios universalizaram o atendimento à Pré-escola, enquanto 92,31% não. Na Mesorregião do Oeste Catarinense, 17,80% dos Municípios cumpriram a meta do PNE e 82,20% não cumpriram. Na Mesorregião do Vale do Itajaí, 3,70% dos Municípios atingiram a totalidade de crianças atendidas na Pré-escola, o que não ocorreu com 96,30%. Na Mesorregião Serrana, 16,67% dos Municípios universalizaram o atendimento à Pré-escola, ao contrário de 83,33%. Na Mesorregião do Sul Catarinense, 13,04% dos Municípios atingiram o

percentual total, 86,96% não. Também, há possibilidade de se comparar os resultados das Mesorregiões com os resultados obtidos nos 295 Municípios Catarinenses, nos quais houve universalização de atendimento na Pré-escola em 13,56% deles e não houve em 86,44%.

Gráfico 11 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Microrregiões da Grande Florianópolis/2016

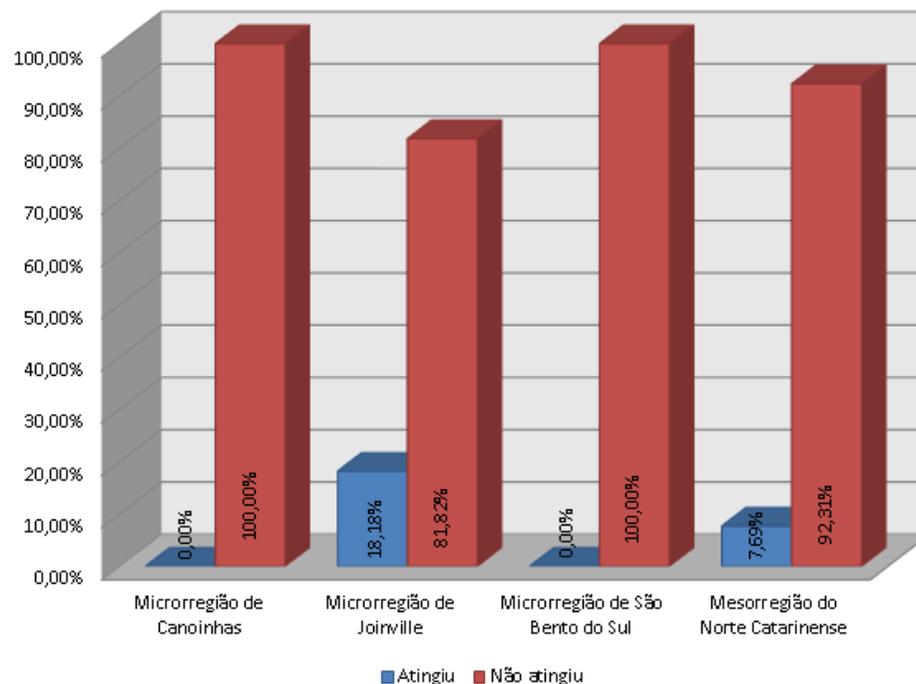


Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Observa-se, na leitura do Gráfico 11, que 33,33% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Florianópolis universalizaram, em 2016, o atendimento à Pré-escola, conforme prevê a Meta 1 do PNE e 66,67% não atingiram o percentual estabelecido, que era de 100%. Na Microrregião de Tabuleiro, na Grande Florianópolis, 20,00% dos Municípios universalizaram o atendimento à Pré-escola e 80,00% não. Na Microrregião de Tijucas da Grande Florianópolis, nenhum dos

Municípios cumpriu a meta. Ademais, é possível confrontar os resultados das Microrregiões da Grande Florianópolis com os resultados obtidos na Mesorregião as quais pertencem, que nesse caso atingiram percentuais de 19,05%, relativos à universalização, e 80,95%, referentes ao não cumprimento da meta.

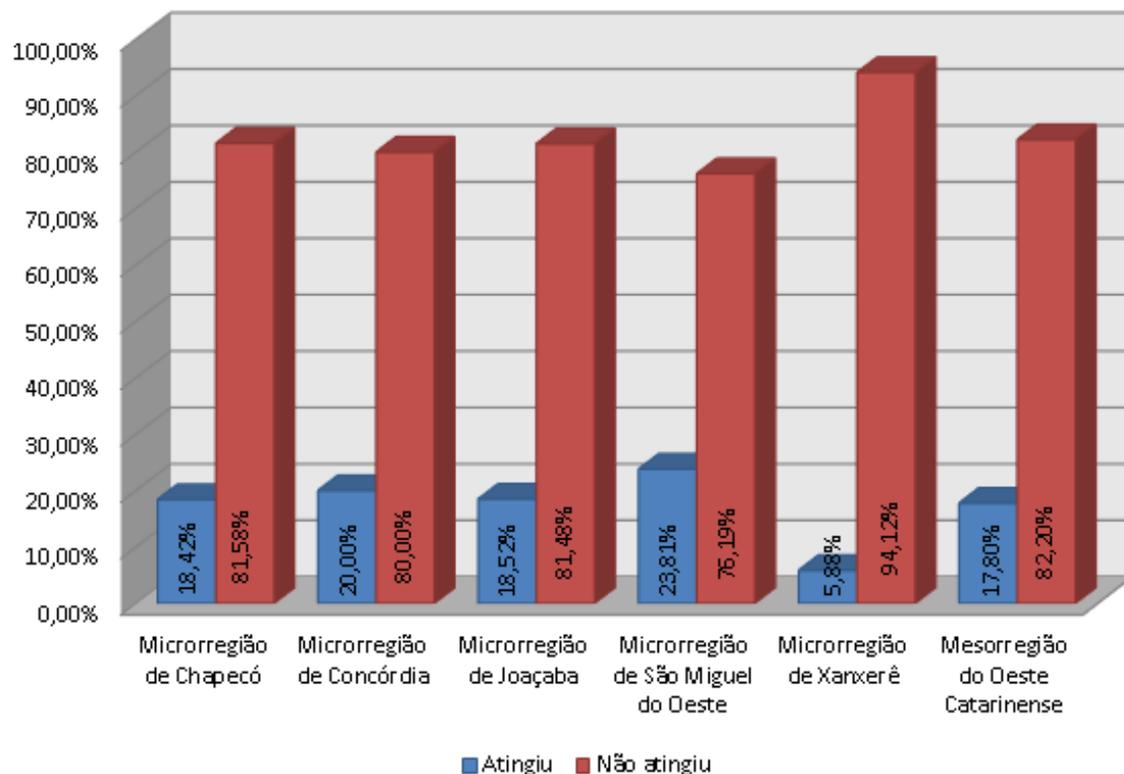
Gráfico 12 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Microrregiões do Norte Catarinense/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

A partir do Gráfico 12, nota-se que nenhum dos Municípios pertencentes à Microrregião de Canoinhas, no Norte Catarinense universalizaram, em 2016, o atendimento à Pré-escola para crianças de 4 a 5 anos, conforme prevê a Meta 1 do PNE e 100,00% não atingiram o percentual estabelecido. Na Microrregião de Joinville, também no Norte Catarinense, 18,18% dos Municípios o atendimento e 81,82% não. Na Microrregião de São Bento do Sul, nenhum dos Municípios cumpriu a meta. Além disso, podem-se comparar os resultados das Microrregiões do Norte Catarinense com os resultados obtidos na Mesorregião à qual pertencem, cujos percentuais registrados foram de 7,69% de cumprimento de meta e 92,31% de não cumprimento.

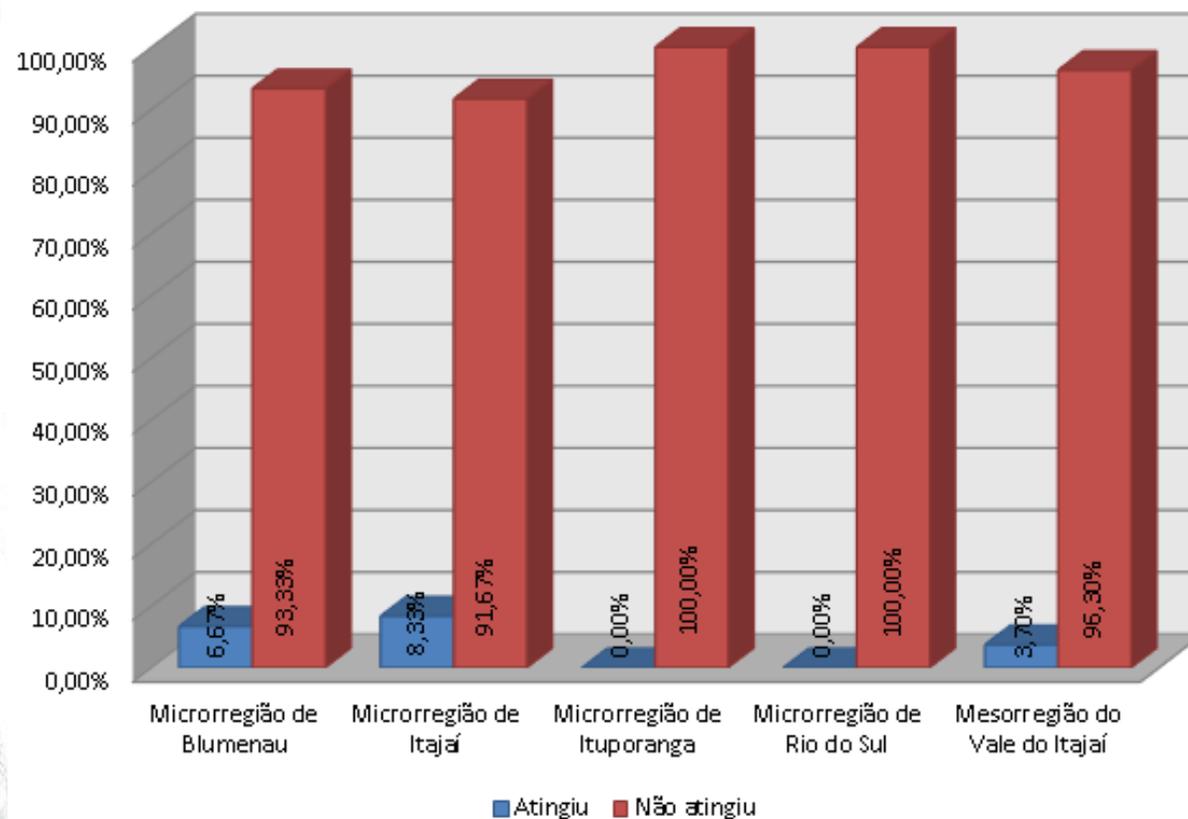
Gráfico 13 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Microrregiões do Oeste Catarinense/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Pelo Gráfico 13, percebe-se que 18,42% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Chapecó, no Oeste Catarinense universalizaram, em 2016, o atendimento à Pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, conforme prevê a Meta 1 do PNE, 81,58% não atingiram o percentual estabelecido. Na Microrregião de Concórdia, 20,00% dos Municípios ficaram dentro do percentual de 100% de crianças atendidas e 80,00% não atingiram a meta. Na Microrregião de Joaçaba do Oeste Catarinense, 18,52% dos Municípios universalizaram o acesso à Pré-escola e 81,48% não. Na Microrregião de São Miguel do Oeste, 23,81% dos Municípios atingiram a meta, enquanto 76,19% não. Na Microrregião de Xanxerê, 5,88% dos Municípios cumpriram o previsto no PNE e 94,12% não. Também, há possibilidade de se comparar os resultados das Microrregiões da Mesorregião do Oeste Catarinense com os resultados obtidos na Mesorregião à qual pertencem. Nesse caso os números em 17,80% para o cumprimento da meta e 82,20% para o não cumprimento.

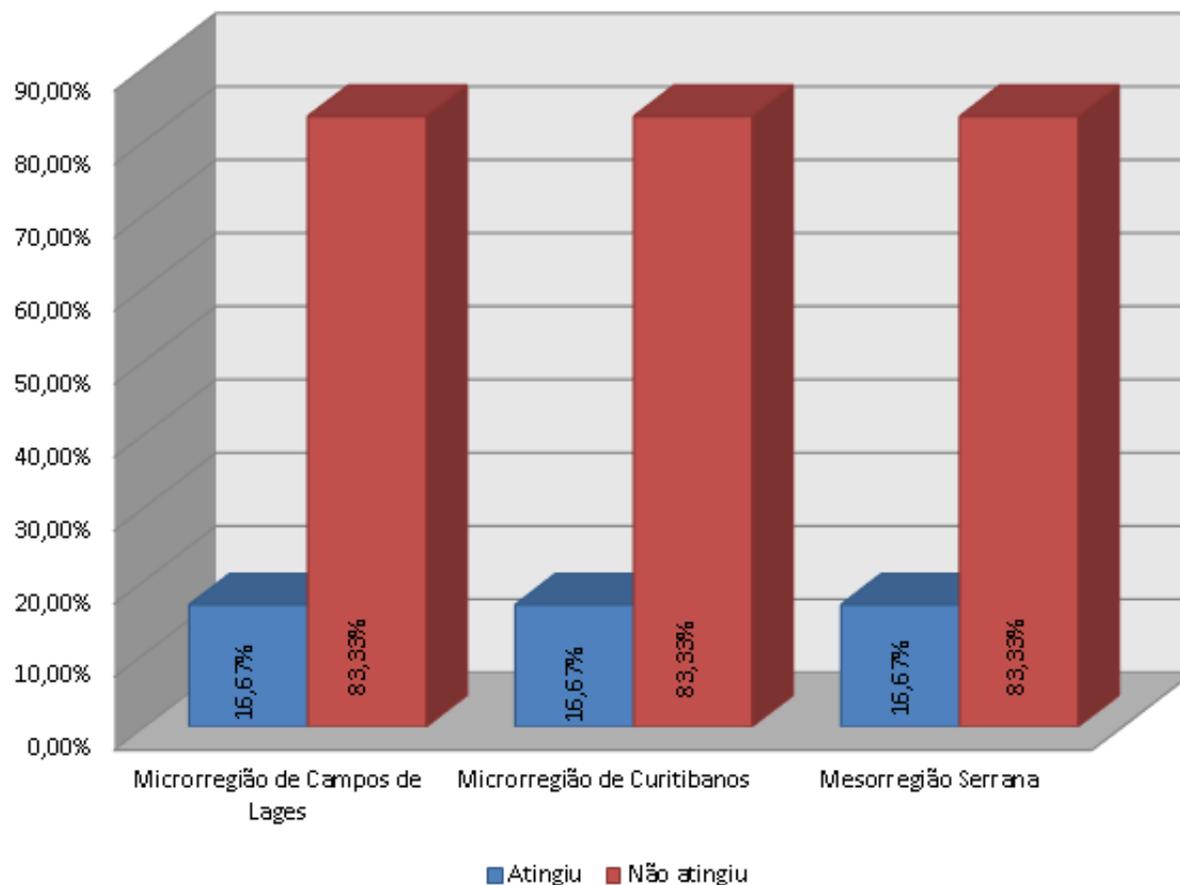
Gráfico 14 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Microrregiões do Vale do Itajaí/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Observa-se, na leitura do Gráfico 14, que 6,67% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Blumenau, no Vale do Itajaí, universalizaram, em 2016, o atendimento à Pré-escola e 93,33% não atingiram o percentual estabelecido. Na Microrregião de Itajaí, 8,33% dos Municípios cumpriram a meta do PNE e 91,67% não. Nas Microrregiões de Ituporanga e Rio do Sul, nenhum dos Municípios cumpriu a meta de 100,00% das crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola. Ademais, é possível confrontar os resultados das Microrregiões do Vale do Itajaí com os resultados obtidos na Mesorregião à qual pertencem, cujos percentuais, nesse caso, ficaram em 3,70% dentro da meta e 96,30% fora.

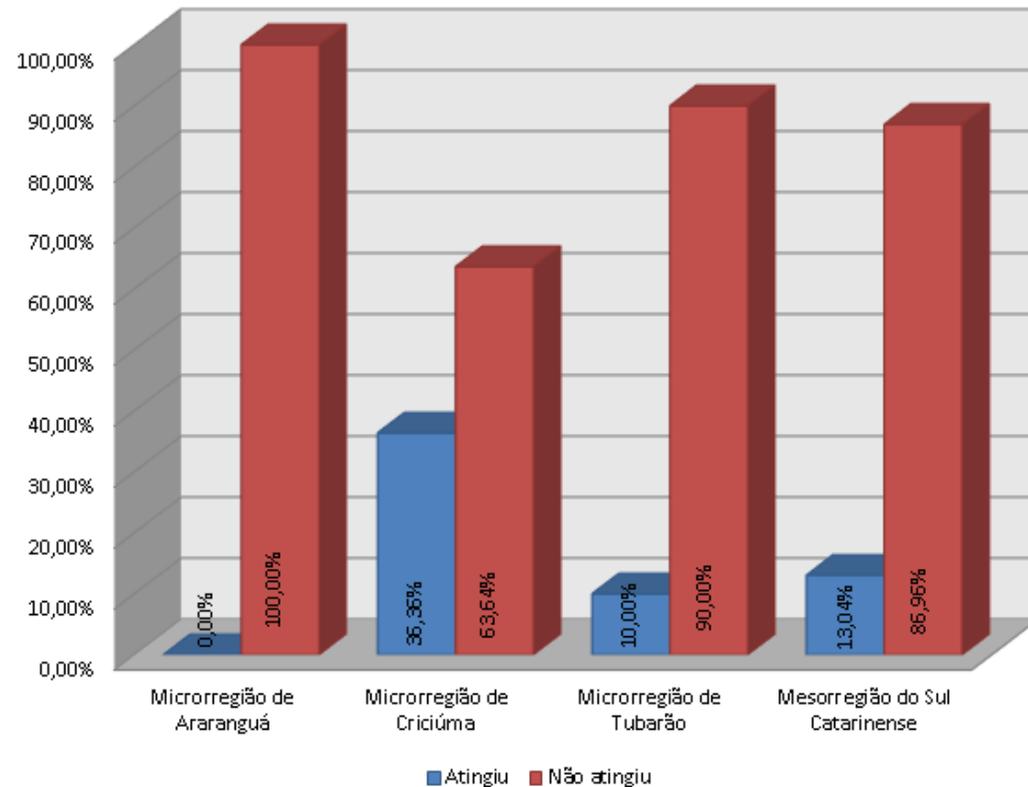
Gráfico 15 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Microrregiões Serranas/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

A partir do Gráfico 15, nota-se que 16,67% dos Municípios pertencentes à Microrregião de Campos de Lages, na Mesorregião Serrana, universalizaram, em 2016, o atendimento à Pré-escola, conforme prevê a Meta 1 do PNE e 83,33% não atingiram o percentual estabelecido de 100%. Na Microrregião de Curitibaanos, 16,67% dos Municípios alcançaram a meta e 83,33% não. Além disso, podem-se comparar os resultados das Microrregiões da Mesorregião Serrana com os resultados obtidos na Mesorregião à qual pertencem e que, nesse caso, atingiram a universalização em 16,67% e não atingiram 83,33%.

Gráfico 16 – Taxa de Atendimento na Pré-escola das Microrregiões Sul Catarinenses/2016



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio à Fiscalização em Educação (GTAFE) do TCE/SC.

Pelo Gráfico 16, percebe-se que nenhum dos Municípios pertencentes à Microrregião de Araranguá, no Sul Catarinense, universalizaram, em 2016, o atendimento de crianças de 4 e 5 anos à Pré-escola, conforme prevê a Meta 1 do PNE. Na Microrregião de Criciúma, 36,36% dos cumpriram o estabelecido no PNE e 63,64% não cumpriram. Na Microrregião de Tubarão do Sul Catarinense, 10,00% dos Municípios universalizaram o atendimento à Pré-escola e 90,00% não. Também, há possibilidade de se comparar os resultados das Microrregiões da Mesorregião do Sul Catarinense com os resultados obtidos na Mesorregião à qual pertencem. Nesse caso, 13,04% universalizaram o atendimento da Pré-escola e 86,96% não cumpriram a meta de atender a todas as crianças de 4 e 5 anos.